



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL



CINTIA FERNANDA BRASIL

**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE
CASO DO MUNICÍPIO DE JURANDA/PR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA/PR

2011

CINTIA FERNANDA BRASIL



**POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE
CASO DO MUNICÍPIO DE JURANDA/PR**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus Curitiba*.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Orientador: Prof. Dr. Christian Luiz da Silva

CURITIBA/PR

2011



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Gestão Pública Municipal



TERMO DE APROVAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO DE CASO DO
MUNICÍPIO DE JURANDA/PR

Por

Cintia Fernanda Brasil

Esta monografia foi apresentada às 16h40 min do dia 07 de Dezembro de 2011 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Curitiba. A candidata foi argüida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Profº Dr. Christian Luiz da Silva.
UTFPR – *Campus* Curitiba
(orientador)

Profº Dr. Antônio Gonçalves de Oliveira
UTFPR – *Campus* Curitiba

Dedico este trabalho a Deus, por presentear-nos com o Dom da Vida, e nos dar a oportunidade de vivê-la, sendo o maestro desta maravilhosa orquestra, que por muitas vezes parece desajustada, a ponto de pensarmos em desistir, mas ao fim encontramos força, até mesmo desconhecida, que nos permite vencer e perceber a alegria da vitória. À minha mãe e à minha irmã que sempre me apoiaram em todos os momentos a não desistir, me estimulando a juntar forças para vencer mais um desafio em minha vida.

Cintia

AGRADECIMENTOS

À Deus, por propiciar oportunidades e estar sempre ao meu lado não deixando faltar ânimo e coragem para vencer as diversas barreiras ao longo destes último ano. Agradeço a Deus também, pelas pessoas maravilhosas que conheci, pelas amizades que conquistei e que sempre marcarão a minha vida.

À minha família, em especial a minha mãe Sonia e minha irmã Sandra pelo apoio em todos os momentos nunca medindo esforços ao alcance dos meus objetivos.

Ao professor Christian Luiz da Silva, que me orientou, pela sua disponibilidade, interesse, receptividade e por ser prestativo para realizar minha pesquisa.

Agradeço também a Prefeitura Municipal de Juranda, em especial ao Sr. Raul Deringer Junior por contribuir para a realização deste trabalho, sendo muito atenciosos e dedicados, além de não medirem esforços para que os estágios desta pesquisa pudessem ser desenvolvidos de maneira satisfatória.

E, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização e divulgação deste tão almejado estudo.

“A mente que se abre a uma nova idéia
jamais voltará ao seu tamanho original.”
(ALBERT EINSTEIN)

RESUMO

BRASIL, Cintia Fernanda. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**: estudo de caso do município de Juranda/Pr. 2011. 98 páginas. Monografia de Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2011.

O desenvolvimento municipal é um tema em destaque na realidade atual, pois impacta na qualidade de vida da população. A forma como a gestão pública realiza seus propósitos e atende a demanda da coletividade tem ocorrido também por meio da elaboração e da execução de políticas públicas. Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas de desenvolvimento local no município de Juranda/Pr. Para tanto foi utilizada metodologia descritiva, sendo realizada por meio de pesquisa bibliográfica e estudo de caso aplicado ao município de Juranda/Pr. Percebe-se, com o estudo realizado, que o município de Juranda apresenta características setoriais capazes de possibilitar o desenvolvimento municipal, embora seja necessário efetivar direcionamento dos setores que apresentam tendências de evolução, bem como daqueles que apresentam retardamento em relação ao desempenho esperado, principalmente como é o caso do setor socioeconômico. Também há necessidade de fortalecimento da gestão pública municipal para a elaboração de planejamentos e estratégias que sejam capazes de considerar as particularidades locais. Assim, percebe-se que não há “uma receita” para o alcance do desenvolvimento municipal. Mas sim mecanismos de planejamento que apresentam potencial de possibilitar a adequação da realidade local aos recursos municipais disponíveis e permitir a busca de alternativas para melhorar a situação existente e criar expectativas futuras otimistas. Portanto, o desenvolvimento se faz necessário para melhorar a qualidade de vida da população do município e contribuir para a satisfação das necessidades e atendimento das expectativas dos cidadãos.

Palavras-chave: Gestão Pública, planejamento, serviços públicos.

ABSTRACT

BRASIL, Cintia Fernanda. **Public Policy and Local Development: a case of the municipality of Juranda/Pr.** 98 páginas. Monografia Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2011.

The municipal development is a theme in stand out of the current reality, because it impacts in the population's quality of life. The way in which public administration accomplishes its purposes and meets the demands of the community have also occurred through the development and implementation of public policies. In this context, this study aims to analyze the public policies of local development in the municipality of Juranda/Pr. For this descriptive methodology was used, being performed by means of literature and case study applied to the municipality of Juranda/Pr. It is clear, with the study, the municipality of Juranda to perform sector characteristics capable of providing municipal development, although it requires effective targeting of sectors with trends to evolution, as well as those who have delayed in relation to expected performance, especially such as socio-economic sector. There is also need for strengthening of municipal public administration for the preparation of plans and strategies that are able to account for particularities local. Thus, it is clear that there isn't "a recipe" for the within it power of municipal development. But there is planning mechanisms which have the potential to enable the suitability of the local reality to municipal resources and to facilitate the search for alternatives to improve the existing situation and create optimistic future expectations. Therefore, the development is needed to improve the quality of life of the population of the municipality and contribute to the satisfaction of needs and attending citizen expectations.

Keywords: Public Management, Planning, Public Services.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Ciclo das Políticas Públicas	19
FIGURA 2: Localização município de Juranda.....	29
FIGURA 3: Evolução do PIB Real do município de Juranda: 2003-2008.....	37
FIGURA 4: Valor do PIB a preços básicos por ramo de atividade do município	38
FIGURA 5: Valor Adicionado Fiscal em relação ao ramo de atividade do município de Juranda - 2009	40
FIGURA 6: Evolução/projeção do contingente população do município de Juranda: 2000-2020	41
FIGURA 7: Evolução do IDHM do município de Juranda: 1991-2000.....	43
FIGURA 8: Evolução do IPDM do município de Juranda: 2002-2008.....	55
FIGURA 9: Integração regional do município de Juranda	80
FIGURA 10: Parque Ecológico do município de Juranda – em fase de Organização	100
FIGURA 11: Parque de Exposição do município de Juranda – em terminado e em uso	100
FIGURA 12: Centro de Eventos do município de Juranda – em construção	101

LISTA DE TABELA

TABELA 1: Composição setorial do município de Juranda	35
TABELA 2: Evolução do PIB do município de Juranda 2003-2008	36
TABELA 3: Valor adicionado fiscal por ramos de atividades do município de Juranda – 2009	39
TABELA 4: Dados populacionais do município de Juranda	41
TABELA 5: IDH-M do município de Juranda 1991-2000	42
TABELA 6: Situação de pobreza da região do município de Juranda – ano 2000	44
TABELA 7: Quantidade de emprego formal no município de Juranda período de 2000-2010	46
TABELA 8: Número de estabelecimento e empregos segundo as atividades econômicas no município de Juranda – 2010	47
TABELA 9: Evolução do Índice IPARDES de Desempenho Municipal – IPDM do município de Juranda	51
TABELA 10: IPMD – Educação do município de Juranda.....	51
TABELA 11: IPDM – Saúde do município de Juranda	53
TABELA 12: IPDM – Renda e emprego do município de Juranda	54
TABELA 13: Receitas Municipais.....	57
TABELA 14: Evolução da Receita Tributária no município de Juranda 2007-2010...57	
TABELA 15: Receita de Capital do município de Juranda 207-2010	58
TABELA 16: Despesas municipais de Juranda 2000-2010.....	59
TABELA 17: Despesas municipais de Juranda 2007-2010.....	60
TABELA 18: Políticas Públicas para promoção do desenvolvimento socioeconômicos contidas no Plano Diretor do município de Juranda.	64
TABELA 19: Políticas Públicas para promoção do Desenvolvimento Territorial e Ambiental contidas no Plano Diretor do município de Juranda.	65
TABELA 20: Políticas Públicas para promoção do Desenvolvimento Institucional contidas no Plano Diretor do município de Juranda	66
TABELA 21: Metas para o desenvolvimento econômico contidas na Lei Orgânica do município de Juranda	68
TABELA 22: Programas contidos no Plano PluriAnual: 2010-2013, relacionados ao desenvolvimento municipal do município de Juranda	71
TABELA 23: Programas do Governo Federal para complementação de renda.....	73
TABELA 24: Projetos e planos para geração de emprego e renda no município de Juranda	75
TABELA 25: Programas, projetos e planos contidos no PPA relacionados ao desenvolvimento municipal de Juranda	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REVISÃO TEÓRICA	14
2.1 GESTÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	14
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
2.2.1 Planejamento e formulação.....	16
2.2.2 Avaliação das políticas públicas.....	20
2.3 DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	25
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	28
3.1 LOCAL DA PESQUISA	28
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	29
3.3 COLETA DOS DADOS.....	30
3.4 ANÁLISE DOS DADOS.....	32
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1 PERFIL ECONÔMICO MUNICIPAL.....	34
4.1.1 Fatores Produtivos	34
4.1.2 Fatores Socioeconômicos	40
4.1.3 Fatores orçamentários.....	56
4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO MUNICIPAL	61
4.2.1 Lei Orgânica Municipal e Plano Diretor	61
4.2.2 Programas, planos e projetos.....	70
4.2.3 Desenvolvimento Municipal.....	77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTões	84
6 REFERÊNCIAS	90
ANEXOS	99
ANEXO A	100
ANEXO B	100
ANEXO C	101

1 INTRODUÇÃO

Desigualdade social e de renda são traços que marcam a sociedade brasileira. A elaboração de políticas públicas e programas têm se tornado uma das estratégias adotadas pelos governos como forma de combater tais problemas. O maior desafio, no entanto, é direcionar o acesso de indivíduos que realmente precisam das tais iniciativas de forma regionalizada.

Neste contexto, o desenvolvimento municipal constitui-se fruto da integração entre os setores que compõe uma cidade ou município, aliados à gestão pública eficiente, eficaz e eficiente e à mobilização da população em prol de um mesmo objetivo. O desenvolvimento municipal deve ser “(...) capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria de qualidade de vida da população” (BUARQUE, 1999, p.09). Representando mudanças nas bases econômicas e na organização social.

A cidade ou município deve cumprir sua função social, ofertar a toda a população acesso à moradia, ao saneamento básico, infraestrutura urbana, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. Para que isto ocorra é necessário o fortalecimento da econômica local, valorização das potencialidades locais, cooperação e participação social, conservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida. Assim, destaca Jará (1998) que o desenvolvimento local abrange uma abordagem integradora nas dimensões econômicas, sociais, políticas e técnicas. Sendo importante considerar a cultura do município e a diversidade de sua população, capacidade política e administrativa e organização da sociedade civil.

Para que isto ocorra, é necessário o planejamento dos recursos envolvidos sejam eles materiais, humanos, financeiros, entre outros. Sendo essencial não apenas possuir estes recursos, mas saber como, quando e onde utilizá-los de forma integradora para que alcancem o objetivo proposto, que neste caso é o desenvolvimento local para o município e para a sociedade será seu bem estar e qualidade de vida.

Ao buscar-se o desenvolvimento faz-se necessário identificar a realidade local a partir dos problemas existentes e a partir destes ser possível formular planos, projetos e programas para solucionar ou mesmo amenizar tais problemas e

maximizar as potencialidades locais. Para tanto, faz-se necessário planejamento participativo e gestão compartilhada.

Neste contexto, o município de Juranda mostra-se propício para estudo. Este município é pertencente ao Estado do Paraná, localizado na mesorregião centro ocidental paranaense e na microrregião de Goioerê, tendo como comarca o município de Ubatã e sendo rota de acesso e ligação entre Campo Mourão e Cascavel. A economia local é de base agrícola e o setor econômico pouco é diversificado. Apresentou um contingente populacional estimado para o ano de 2011 de 7.603 habitantes com tendência ao esvaziamento populacional. Mas mesmo diante das adversidades, possui particularidades e potencialidades atrativas e potencial de crescimento.

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objeto de estudo as políticas públicas para o desenvolvimento municipal, sendo aplicado a partir da titulação, *Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: estudo de caso do município de Juranda/Pr.*

A problematização do estudo parte do seguinte questionamento: *As políticas públicas municipais podem constituir alternativa para o desenvolvimento local por meio da geração de renda e do desestímulo à migração de jurandenses para outros municípios?* E, da hipótese de que é necessário um “olhar” individualizado para as características municipais a fim de promover o desenvolvimento municipal.

A realização deste estudo baseia-se na justificativa de que se faz necessário aprofundar conhecimentos sobre políticas públicas e como estas podem contribuir para o desenvolvimento do município de Juranda. Assim sua importância se justifica na relação entre políticas públicas municipais de desenvolvimento local e melhoria na qualidade de vida da população.

O objetivo geral consiste em analisar as políticas públicas de desenvolvimento local no município de Juranda. A partir deste, busca-se compreender em que consiste e qual o processo de elaboração das políticas públicas; identificar quais as políticas públicas e como estão sendo aplicadas no município de Juranda/Pr em relação ao desenvolvimento municipal; e, analisar os indicadores socioeconômicos do referido município relacionado ao desenvolvimento e sua influência nas políticas públicas municipais.

A metodologia utilizada no estudo é caracterizada como descritiva sendo realizada por pesquisa bibliográfica em fontes primárias e fontes secundárias, e

como estudo de caso, tendo o município de Juranda/Pr como região utilizada para pesquisa *in-loco*.

Assim, diante do atual cenário, repleto de constantes mudanças a Gestão Pública, por meio da Administração Pública, vem sendo pressionada a modificar sua forma de atuação. As quais, todavia, ultrapassa as esferas econômica, social e ambiental, buscando viabilizar a inclusão, reduzir a desigualdade e promover o desenvolvimento socioeconômico das diversas localidades.

2 REVISÃO TEÓRICA

Gestão, conforme Nascimento (2010) é uma prática que deve ser aprimorada para o alcance de fins determinados. Neste contexto, para Santos (2006), a Gestão Pública pode ser entendida como gerência dos negócios do Governo por meio da Administração Pública que visa atender aos interesses da coletividade, ou seja, ao interesse público.

Segundo Santos (2006) as políticas públicas correspondem à forma com que o Estado busca atender as necessidades coletivas. Ao pensar políticas como meio e necessidades coletivas como fins, devem ser abordados os processos de formulação, implementação e avaliação utilizando-se de dimensões conceituais e metodológicas de políticas públicas.

Para Trevisan e Bellen (2008) compreender o sucesso e fracasso das políticas públicas implantadas é fundamental para o melhor desempenho da Administração Pública, visto que estas influenciam diretamente no planejamento governamental. Assim, aponta Nascimento (2010) que o foco em resultados orientado para o desempenho pressupõe planejamento, definição de instrumentos, mensuração de desempenho e avaliação das políticas públicas.

Para compreender a aplicação destas políticas faz-se necessário esboçar um aparato teórico a respeito da Gestão Pública, das políticas públicas e dos aspectos a estas relacionadas para conciliá-las com a prática desenvolvida na gestão pública na esfera municipal a fim de alcançar o desenvolvimento local.

2.1 GESTÃO PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ao descrever sobre a Gestão Pública e sua atuação na sociedade é necessário primeiramente compreender a relação entre Estado, Governo, Administração e Gestão Pública.

O **Estado** para Ferreira (2001) refere-se ao conjunto de poderes políticos em uma nação. Coelho (2009a) complementa que é a organização que exerce o poder supremo sobre o conjunto de indivíduos que ocupam determinado território. Este

possui capacidade de influenciar decisivamente a ação e comportamento das pessoas. O “(...) que caracteriza o Estado é o monopólio do exercício legítimo da força em uma sociedade” (COELHO, 2009a, p.16).

Matias-Pereira (2010a) refere-se à existência do Estado como decorrente fundamentalmente da necessidade de realizar o bem-comum, sendo este materializado por meio do Governo e da Administração Pública.

Assim, quando se fala em Estado refere-se a um conjunto de instituições estruturadas para satisfação das demandas de um povo (entendido como a população de determinado território) de maneira consolidar ao menos teoricamente, a atuação igualitária (bem comum).

O **Governo**, segundo Santos (2006) em sentido institucional é um conjunto de poderes e órgãos constitucionais. Coelho (2009a) aponta que é por meio do Governo que transforma em atos a vontade do Estado. E, a forma com que o Estado busca assegurar a satisfação das necessidades coletivas se dá por meio da Administração Pública.

Santos (2006) expõe que administrar é gerir interesses, se os bens e interesses geridos são individuais, realiza-se a administração particular; se são coletivos realiza-se a Administração Pública.

A **Administração Pública**, para Matias-Pereira (2010a) é o conjunto de serviços e entidades incumbidos de concretizar as atividades administrativas no âmbito dos três níveis de governo: federal, estadual e municipal.

Em seu sentido mais abrangente, a expressão administração pública designa o conjunto das atividades diretamente destinadas à execução das tarefas ou incumbências consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal” (BOBBIO, 1998, p.10, *apud* TENÓRIO e SARAIVA, 2006, p. 107).

Santos (2006) complementa o conceito de Administração Pública, expondo que é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do Governo. Coelho (2009b) reitera que para que isto ocorra são realizadas ações por meio de seu conjunto de órgãos, serviços e agentes públicos que são regidos por legislação específica para a área pública.

A **Gestão Pública**, segundo Ferreira (1999) *apud* Santos (2006) refere-se às funções de gerência pública nos negócios do Governo por mandato da Administração. “A evolução da Gestão Pública acompanha as transformações do papel do Estado e as mudanças de objetivos dos governos” (Santos, 2006, p.01).

Assim, os fins dessa se resumem em um único objetivo: o bem comum da coletividade administrada.

Portanto, destaca Santos (2006) que por meio da Administração e da Gestão Pública o Estado põe em prática as políticas de Governo. Nesta perspectiva é necessário compreender a análise de políticas de gestão pública em seu processo de formulação, implementação e avaliação.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.1 Planejamento e formulação

A Ciência Política busca analisar os fatos, ações e funcionamento das instituições e avaliar os resultados das ações e das políticas implantadas. (MATIAS-PEREIRA, 2010a).

A expressão **política**, objeto da Ciência Política, tem várias definições. Matias-Pereira (2010b) refere-se à política como uma atividade humana correlacionada ao poder. Esta visa atender a necessidade de convivência de interesses diversos que possam ser acordados por meio de processos institucionalizados e pacíficos.

Política “(...) é derivada do adjetivo de *polis – politikós* -, que significa tudo o que se refere à cidade e, por decorrência, o que é urbano, civil, político, inclusive sociável e social” (MATIAS-PEREIRA, 2010a, p.12). Dessa forma, passa a ser identificada para atividades ou conjunto de atividades que tenha como ponto de partida a *polis*, ou seja, o Estado.

Assim, a política é compreendida como atividade que busca a conciliação de interesses conflitantes em uma unidade de governo, tendo como objetivo o consenso entre as partes. Política, como destaca Matias-Pereira (2010a), tende a se confundir com governo, porque se relaciona diretamente com as ações governamentais.

Políticas públicas, segundo Matias-Pereira (2010b) são instrumentos essenciais dos governos para lutar pela conquista, exercício e manutenção do poder

político e também como estratégia para a intervenção social no sentido de correção das falhas de mercado. É “(...) a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” (PETERS, 1986, *apud* SOUZA, 2006, p.05).

Matias-Pereira (2010b) esclarece que as políticas públicas se apresentam como conjunto de disposições, medidas e procedimentos que espelham a orientação política do Estado e regulam atividades governamentais no que dizem respeito às tarefas de interesse público. Souza (2006) destaca que as teorias aplicadas às políticas públicas buscam explicação nas inter-relações entre Estado, política e sociedade.

Já Rua (2009) expõe que as mesmas são um conjunto de procedimentos destinados à resolução pacífica dos conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos. De acordo com Matias-Pereira (2010b), os conflitos são mediados por instituições por serem resultantes da atividade política. O que implica analisar a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos da política.

A fim de compreender as políticas públicas é necessário compreender a **Análise das Políticas Públicas** (*Policy Analysis*).

Segundo Rua (2009) a Análise de Política tem por objetivo melhorar o entendimento a respeito da política e do processo político, de modo a apresentar propostas e aperfeiçoamento das políticas públicas. Dye (1976) *apud* Dagnino *et al* (2002) refere-se a esta, como descobrir o que os governos fazem, porque fazem e que diferença isto faz, ou seja, é a descrição e explicação das causas e conseqüências das ações do governo. Para Matias-Pereira (2010b), na análise de políticas levam-se em consideração aspectos inerentes ao processo de elaboração de políticas considerando que as mesmas não são resultados de uma decisão única e independente, mas de um elenco de decisões e de implementação de ações no decorrer do tempo.

Frey (2000) aponta que são dimensões importantes da política para Análise das Políticas Públicas (*Policy Analysis*): *policy* (dimensão material), *politics* (dimensão processual) e *polity* (dimensão institucional).

Sob a visão da *policy*, Matias-Pereira (2010b) trata a política pública como conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos. Já Rua (2009) refere-se à

formulação de propostas, tomadas de decisões e sua implementação por organizações públicas, cujo foco é a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. *Policy* é a atividade do Governo de desenvolver políticas públicas a partir do processo de política. Frey (2000) refere-se à *policy* como às configurações dos programas, problemas técnicos e conteúdo material das decisões políticas nas políticas públicas.

O termo *politics*, segundo Matias-Pereira (2010b) preocupa-se com o processo político, refere-se à imposição de objetivos, aos conteúdos e as decisões de distribuição. Para Rua (2009) é resultante de ações dos atores políticos visando à defesa dos seus interesses e valores.

A dimensão política (*polity*), conforme Matias-Pereira (2010b) refere-se à dimensão institucional delineada pelo sistema jurídico e à estrutura institucional do sistema político-administrativo.

Assim a Análise das Políticas Públicas nas diferentes dimensões buscam alcançar objetivos públicos previamente estabelecidos, ou seja, adequar os meios aos fins. “A política é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados” (SOUZA, 2006, p.17).

Neste contexto, Souza (2006) expõe que envolvem diversos atores. Rua (2009) chama estes atores de atores políticos (*stakeholders*). Estes podem ser indivíduos, grupos ou organizações cujos interesses podem ser afetados, de forma positiva ou negativa, pelo rumo tomado por uma determinada política.

Como parte importante do Análise das Políticas Públicas, Frey (2000) cita o **Ciclo das Políticas Públicas** (*Policy Cycle*).

O mesmo autor refere-se ao Ciclo das Políticas Públicas como um modelo interessante para a análise de vida das mesmas por meio de uma seqüência de elementos do processo político-administrativo, envolvendo os diversos atores. As fases seqüenciais deste processo são descritas por Matias-Pereira (2010b) como: formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Pinto (2008) acrescenta que o ciclo tenta explicar a interação entre as intenções e ações entre o ambiente social, político e econômico em contraposição ao governo, assim como desvendar sua relação.

Atividades políticas para Easton (1965) *apud* Souza (2006) ocorrem a partir de um sistema que possui entradas (*inputs*) que se originam do ambiente externo, são processadas no sistema político e resultam em saídas (*outputs*) que são as

decisões políticas. Para Matias-Pereira (2010b) uma política envolve mais que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Uma decisão política resulta da escolha dentre as alternativas propostas, distribuída hierarquicamente entre os atores envolvidos e da opção que melhor adequar os meios aos fins pretendidos.

Rua (2009) expõe que a integração entre a complexidade existente na estrutura das políticas públicas é resultante de uma série de atividades políticas que formam um processo político e reproduz as decisões a serem tomadas. Sendo essa útil para analisar os processos político-administrativos, mecanismos e estratégias, comportamento dos diversos atores envolvidos em cada etapa seqüencial e interativa do Ciclo das Políticas: formação de agenda, formulação, implementação, monitoramento e avaliação. O ciclo das políticas públicas é descrito na figura 1.

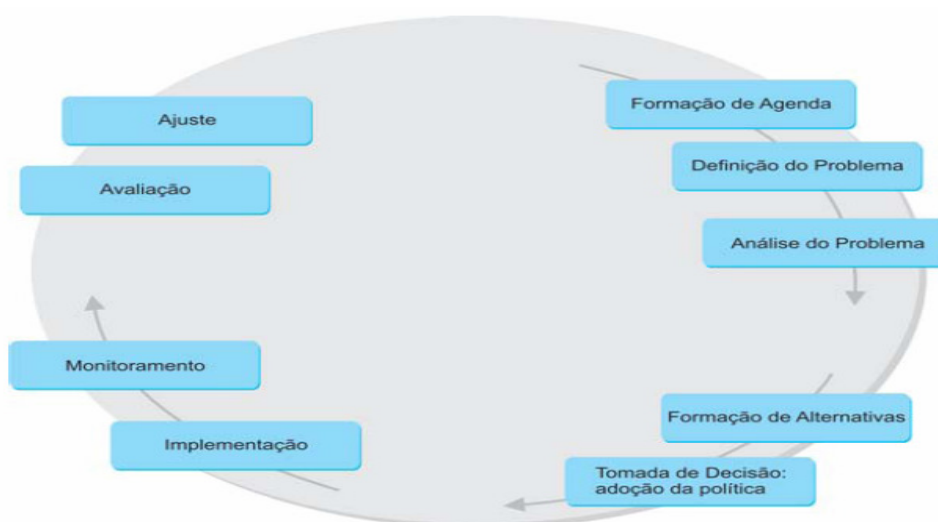


FIGURA 1: Ciclo das Políticas Públicas
 Fonte: (RUA, 2009, p.37).

Ao elaborar o ciclo, Rua (2009) menciona que a formação de agenda consiste na definição das prioridades para o governo reconhecendo-as como problemas políticos a partir da definição do problema e de sua análise. A formação de alternativas e a tomada de decisão ocorrem após a inclusão do problema na agenda, apresentação de propostas para sua solução e conseqüentemente tomada de decisão. A implementação compõe-se de conjuntos de eventos e atividades que acontecem após a definição das diretrizes da política, envolvendo os esforços de

administrá-la e o impacto sobre os processos e as pessoas. É na maioria das vezes acompanhada do monitoramento, que consiste em um instrumento cujo objetivo é facilitar a consecução das políticas públicas e de seus objetivos pretendidos. “O estudo da implementação de políticas está relacionado à preocupação de explicar porque de determinadas políticas alcançam seus objetivos, ou seja, são bem-sucedidas e outras não” (MATIAS-PEREIRA, 2010b, p.200). O autor ainda menciona que mesmo no processo de implementação, com a adoção e execução de uma política quando não se alcançam os objetivos desejados, é provável que as falhas estejam na formulação destas.

A avaliação, para Rua (2009), compõe-se de procedimentos de julgar os resultados da política conforme critérios de valores, enquanto os ajustes são modificações a serem feitas para que sejam obtidos os resultados esperados. “Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem” (TEIXEIRA, 2002, p.02).

Para Pinto (2008) as críticas apontadas em relação ao ciclo de políticas públicas referem-se à sua descrição como processo seqüencial e ordenado e que as alternativas são cuidadosamente discutidas para o alcance dos objetivos, mas na prática a elaboração da política é complexa e interativa.

Aponta Rua (2009) que as políticas públicas ocorrem em um ambiente marcado por relações tensas entre os diversos atores sociais e institucionais. Souza (2006) destaca que depois de desenhadas e formuladas, as políticas públicas se desdobram em planos, programas, projetos, sistemas de informação e pesquisas. Quando postas em ação são implementadas e são submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Assim, Matias-Pereira (2010b) complementa que as políticas públicas se materializam, por de instrumentos legais (PPA, LDO, LOA); da execução das ações de governo (programas, projetos e atividades) e das definições normativas como leis, decretos, portarias e demais instruções.

2.2.2 Avaliação das políticas públicas

A Política Pública vista como ação intencional do Estado junto à sociedade, segundo Matias-Pereira (2010b) deve ser avaliada sistematicamente levando em

consideração sua importância e adequação às necessidades sociais. Considera mensurar, comparar, promover e julgar determinada ação tendo como referência um valor com a efetiva participação dos atores envolvidos no que está sendo avaliado.

A avaliação das políticas públicas é uma avaliação formal, ou seja:

(...) exame sistemático de quaisquer intervenções planejadas na realidade, baseado em critérios explícitos e mediante procedimentos reconhecidos de coleta e análise de informações sobre seu conteúdo, estrutura, processo, resultados, qualidade e/ou impactos (RUA, 2009, p.109).

Cotta (1998) cita que os conceitos na avaliação envolvem objetivos, metas, população-alvo, efeitos, impactos, processos, resultados, eficácia, eficiência e efetividade.

Para Matias-Pereira (2010b) o objetivo da avaliação de políticas públicas é assinalar os resultados positivos, negativos, erros e distorções de uma política pública para permitir seu aperfeiçoamento ou reformulação. Rua (2009) complementa que as mesmas centram-se no julgamento (porque envolvem valores); são sistemáticas (pois se baseia em procedimentos e indicadores reconhecidos e previamente estabelecidos); incidem sobre conteúdos (problemas e soluções), estratégias (estruturas), processos, (coordenação, atividades, capacidades, hierarquias de precedência), produtos, efeitos e impactos. E ainda, uma política culmina em programa ou projeto com critérios explícitos e a fim de contribuir para o aperfeiçoamento, melhoria do processo decisório, o aprendizado institucional e/ou aumento do *accountability*.

Matias-Pereira (2010b) esclarece que determinada política pode ser avaliada, o que pressupõe a construção de metodologias específicas para este tipo de análise. Rua (2009) destaca que a avaliação possui duas dimensões: a técnica (caracterizada por produzir ou coletar, de acordo com procedimentos reconhecidos, informações utilizadas nas decisões) e a valorativa (exame de informações com critérios específicos, com a finalidade de extrair condições acerca do valor da política programa ou projeto).

Mas, a avaliação deve ser vista como um processo de apoio para o aprendizado na busca por melhores decisões e aperfeiçoamento da gestão.

Ainda que a análise de uma dada política pública possa atribuir a um determinado desenho institucional alguns resultados prováveis, somente a avaliação desta política poderá atribuir uma relação de causalidade entre um programa x e um resultado y (ARRETICHE, 2009, p.31).

Continua, Arretche (2009), que somente por meio da avaliação de programas efetivamente implementados pode-se estabelecer relação causal entre determinada política pública e o sucesso ou fracasso quando da realização de seus propósitos, e também do resultado ou impacto sobre a situação social de sua implementação. “Os processos de avaliações das políticas públicas são realizados poder meio de modelos e conceitos, que devem obrigatoriamente levar em consideração o contexto social, político e econômico” (MATIAS-PEREIRA, 2010b, p.221).

De acordo com Arretche (2009) é necessário o uso adequado de instrumentos e análises de políticas públicas para que não se confundam e se misturam interesses pessoais com os resultados obtidos. O interesse pela temática sobre indicadores e suas aplicações nas atividades de gestão pública tem ganhado ênfase nas diferentes esferas do governo.

2.2.3 Indicadores de Desempenho

Na etapa da avaliação que é possível mensurar o resultado da implementação de determinada política. Para Jannuzzi (2009), nos processos de avaliação os indicadores são ferramentas de gestão e controle que medem um fenômeno, suas alterações, podendo indicar a direção das mudanças necessárias.

Por meio dos indicadores, para Ântico e Jannuzzi [s.d.] é que se podem apresentar informações estruturadas nas diversas etapas de formulação e avaliação de políticas públicas, ou seja, podem ser utilizadas nas etapas de diagnóstico, formulação, implementação e avaliação. Sendo que cada etapa do ciclo envolve o uso de um conjunto de indicadores de diferentes naturezas e propriedades em função das necessidades intrínsecas das atividades nelas envolvidas.

Cotta (1998) cita ainda que a avaliação por meio de indicadores possa ser feita, concomitantemente, outras fases dos ciclos da política pública dado que em todas estas etapas existem decisões importantes a serem tomadas. Kayano e Caldas (2002) apontam que a formulação de indicadores visa interpretar a realidade social e realizar a avaliação de políticas públicas.

Para Jannuzzi (2009) os indicadores são medidas objetivas e padronizadas que permitem dimensionar as carências sociais, avaliar as condições de vida. São utilizados para subsidiar a formulação de programas na esfera pública, auxiliando os

gestores na interpretação da realidade social, na definição das prioridades sociais na orientação de forma mais competente de análise, formulação e implementação das políticas públicas e na alocação dos recursos.

Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Eles se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANNUZZI, 2009, p.22).

Os indicadores, para Kayano e Caldas (2002), são medidas estatísticas que representam recortes da realidade e somente tem sentido quando inseridos em um contexto teórico-metodológico, dando-lhe assim significado.

Afinal, indicadores ao nível municipal são necessários para subsidiar a elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano, de planos plurianuais de investimentos, para permitir a avaliação dos impactos ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos, para justificar o repasse de verbas federais para implementação de programas sociais ou, ainda, pela necessidade de disponibilizar equipamentos ou serviços sociais para públicos específicos, por exigência legal [para portadores de deficiência, por exemplo] ou por pressão política da sociedade local [melhoria dos serviços de transporte urbano, por exemplo] (JANNUZZI, 2009, p.20).

Jannuzzi (2009) destaca que para elaboração de diagnósticos socioeconômicos para programas públicos utilizam-se de indicadores de várias temáticas analíticas ou de atuação governamental. Aponta Jannuzzi (2005) que com os indicadores passou-se a ter maior poder de fiscalização do gasto público e a exigir uso mais eficiente, eficaz e efetivo deste.

Neste sentido, bons diagnósticos envolvem, com maior ou menor abrangência, os indicadores de diversos setores como saúde, educação, do mercado de trabalho, habitação, segurança pública e justiça, infraestrutura urbana, demografia, renda e desigualdade.

Mas para realização de tais diagnósticos, segundo Kayano e Caldas (2002) faz-se necessário a coleta de indicadores com informações seguras e confiáveis. Há que se destacar que em um diagnóstico socioeconômico consistente não pode se resumir ou se limitar a indicadores. Deve ser levada em consideração a realidade local com as diversas variáveis que a envolvem e também a forma de gestão aplicada.

Assim é necessário compreender a sistematização da construção, uso e interpretação dos indicadores socioeconômicos e discutir as potencialidades e limites da sua aplicação nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação das políticas públicas.

Segundo Jannuzzi (2009), para que os indicadores sejam aderentes estes devem ter algumas propriedades: relevância (grau de importância), validade (medidas próximas da realidade) e confiabilidade (legitimação). “Pior do que não termos nenhuma informação ou indicador para uma determinada realidade social é dispormos de um dado pouco confiável, que nos conduza a análises ou decisões equivocadas” (JANNUZZI, 2009, p. 42).

Os aspectos conceituais e metodológicos, utilizados para a sistematização dos indicadores, ainda que elaborados por instituições respeitadas podem revelar problemas que não foram totalmente superados, sendo necessário aprofundamento analítico no uso dos mesmos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas.

Assim, para elaboração de diagnóstico para políticas públicas é necessário definir o que se quer investigar ou mensurar objetivamente. Neste sentido espera-se que os indicadores possam orientar a ação do governo nas diversas esferas. Segundo Arretche (2009) a avaliação das políticas públicas envolve aspectos referentes à sua efetividade, eficácia e eficiência.

Os indicadores, segundo Matias-Pereira (2010b), passam a constituir ferramentas gerenciais relevantes de gestão para a administração pública que é visto como um instrumento para a fiscalização, acompanhamento da gestão pública e das políticas públicas. Ou seja, uma instituição alcançando seus objetivos e metas.

Portanto, a avaliação da efetividade, segundo Matias-Pereira (2010b) é o exame da relação entre a implementação de determinado programa e seus impactos e/ou resultados, ou seja, a distinção entre produto e resultado. A avaliação da eficácia é a relação entre os objetivos e os instrumentos utilizados. A avaliação da eficiência relaciona-se com o esforço despendido na implementação de uma política e os resultados alcançados.

2.3 DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Segundo Ferreira (2001) desenvolvimento é o ato ou efeito de desenvolver, refere-se a produzir, crescer, aumentar e progredir. Em termos de gestão é visto como um processo dinâmico, implicando em mudança, evolução, crescimento e avanço.

Em termos econômicos, alguns estudiosos consideram que para existência de desenvolvimento implica a existência de crescimento econômico. Para Gremaud *et al* (2007), crescimento econômico é a ampliação quantitativa da produção de modo continuado ao longo do tempo. Já desenvolvimento engloba mais que aumento da produção havendo melhoria na qualidade de vida da população. Então, desenvolvimento está associado à melhoria das condições de vida da população.

O desenvolvimento municipal, para Buarque (1999), é um caso particular de desenvolvimento local, definindo amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município.

Desenvolvimento local é um *processo endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população*. Representa uma singular transformação nas bases econômica e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas (BUARQUE, 1999, p.09).

A programação do desenvolvimento regional ou local, segundo Matias-Pereira (2010b) visa permitir uma visão completa do desenvolvimento econômico. Sua finalidade consiste em estabelecer metas coerentes com a produção, de forma direcionada e compatível com a região ou a localidade objeto de estudo.

Buarque (1999) destaca o desenvolvimento local como um processo consistente que deve elevar as oportunidades sociais, competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, assegurando a conservação dos recursos naturais.

Matias-Pereira (2010b) expõe que o planejamento do desenvolvimento econômico tem como objetivos: aumentar a renda, aumentar a oferta de empregos, reduzir os desníveis regionais, melhorar a distribuição de rendas, aumentar a produtividade do setor agrícola, promover a ocupação territorial, a integração

nacional e a exploração dos recursos naturais atingindo níveis adequados de segurança e bem estar social.

Assim, são fatores que influenciam o desenvolvimento, como a cultura do município e do povo, a qualidade política, capacidade administrativa, grau de organização da sociedade civil. Jará (1998) aponta que o desenvolvimento local apresenta uma abordagem integral e integradora das dimensões econômicas, sociais, políticas e técnicas. Sendo que este não é apenas um fenômeno econômico, mas uma mudança de cultura e de relacionamentos sociais e institucionais.

O desenvolvimento local, para Haveri (1996) *apud* Buarque (1999), normalmente está associado a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições do contexto. Requer mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo.

Para Jara (1998) o desenvolvimento municipal é visto como um processo de modernização. Refere-se ao desenvolvimento institucional da máquina administrativa local, implicando em fortalecimento da gestão pública local para que esta seja eficiente, eficaz e efetiva por meio de estratégias, programas e projetos voltados ao desenvolvimento.

Neste contexto, ampliar a capacidade técnica de gestão é necessário para aproveitar, com economia de meios, as potencialidades e recursos escassos dos municípios. Isto implica a introdução de mudanças na cultura organizacional da estrutura pública em busca de um mesmo objetivo.

Para Matias-Pereira (2010b), se os atores sociais não participarem do processo de modernização o processo poderá ocorrer de forma desordenada. O desenvolvimento depende: dos atores envolvidos (na gestão municipal engloba os atores sociais e em sua capacidade de compreender as transformações no ambiente), das tecnologias e mudanças nas exigências do mercado e da capacidade de resposta (mobilização do conhecimento e dos recursos) para colocar em prática suas estratégias buscando criar um ambiente inovador.

As estratégias de desenvolvimento devem ser baseadas em atividades produtivas capazes de gerarem excedentes e sustentar o crescimento econômico.

Segundo Buarque (1999) as vantagens competitivas são criadas e construídas com investimento e aproveitamento das potencialidades e diversidades de cada localidade, sendo os atores sociais também responsáveis pelo

desenvolvimento local e o setor público tem também seu papel de incentivador e viabilizador neste desenvolvimento.

Para Jará (1998) o desenvolvimento do município depende, tanto dos próprios recursos e potencialidade, quanto dos relacionamentos socioeconômicos e das alianças políticas com outros municípios. “A atividade econômica é implementada por meio de diversas formas de organização, considerando que bens e serviços são produzidos pelas unidades familiares, por empresas e pelo Estado” (MATIAS-PEREIRA, 2010b, p.118).

Assim o gestor público, na esfera municipal, deve saber quais são os fatores/características fundamentais ao processo de transformação local e conseqüentemente do desenvolvimento municipal. Sendo necessário reconhecer quais são as potencialidades locais e os atores sociais envolvidos para que se possam diagnosticar os problemas e necessidades para assim elaborar estratégias.

Portanto, expõe Matias–Pereira (2010b) que o principal desafio do Estado e assim do Governo, é promover o desenvolvimento econômico e social em um ambiente de constantes mudanças. Sendo necessário aos governos federal, estadual e municipal e às suas administrações públicas repensar a questão da governança e modelo de gestão pública criando mecanismos de ampliar e melhorar o relacionamento com a sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A observação da realidade permite confrontar enormes disparidades no nível de desenvolvimento entre cidades e localidades de um mesmo país ou região. Buscam-se explicações do motivo da diferenciação da riqueza e pobreza de determinadas localidades a partir da consideração dos elementos locais.

Como destaca Gil (2000) a pesquisa tem como finalidade descobrir respostas aos problemas propostos com a utilização de procedimentos científicos. Nesta perspectiva, para a realização do estudo foi realizada pesquisa aplicada no município de Juranda/PR, com a finalidade de buscar explicações para os fatores que influenciam no desenvolvimento municipal.

Para a concretização do objetivo proposto foi realizada pesquisa descritiva com a utilização de procedimentos bibliográficos e estudo de caso, a fim de comparar os dados coletados com o a teoria estudada correlacionando-os com a realidade do município.

Assim, a pesquisa constitui-se em uma oportunidade de aprendizagem pela aquisição e troca de conhecimentos. Contudo, qualquer que seja o tipo de pesquisa é necessário muito cuidado. A coleta dos dados exige cuidadoso registro das informações, além de exigir do pesquisador paciência, perseverança, esforço pessoal e criticidade no confronto das situações observadas.

3.1 LOCAL DA PESQUISA

De acordo com IPARDES (2011b) o município de Juranda é pertencente ao Estado do Paraná, localizado a 75 quilômetros da cidade de Campo Mourão e a 516,44 quilômetros da capital paranaense Curitiba.

Localizada na mesorregião centro ocidental paranaense e na microrregião de Goioerê. Com área territorial de 345.757 Km², Juranda é pertencente à Comarca de Ubiratã/PR. Os limites territoriais fazem divisas com os municípios de Goioerê, Mamborê, Campina da Lagoa, Ubiratã e Boa Esperança, conforme demonstrado na Figura 2.

LOCALIZAÇÃO



LIMITES DO MUNICÍPIO



FIGURA 2: Localização município de Juranda
FONTE: IPARDES (2011b)

O referido município foi colonizado por imigrantes europeus, descendentes de comunidade Ucrâniana, Polonesa, Italiana e Alemã. Com o transcorrer dos anos houve a miscigenação de raças, incluindo a brasileiros vindos de outras regiões do Paraná e do Brasil, em especial paulistas, mineiros, gaúchos e baianos. No final dos anos 1990, migraram para a referida região algumas famílias de origem japonesa.

Sua denominação tem origem indígena, devido a uma índia de nome *Jurandáque* vivia na região, em torno de 1945, época em que se iniciou a colonização.

Contudo, Juranda foi desmembrada do município de Mamborê, em 16 de dezembro de 1981 (emancipada), em cuja data comemora-se o seu aniversário com o preparo do prato típico, a Leitoa entrincheirada. O município possui três distritos administrativos, a cidade propriamente dita, o Distrito de Primavera e o Distrito de Rio Verde.

3.2 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa pode ser compreendida como um procedimento racional e sistemático cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas propostos. Esta ocorre mediante o concurso de conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.

O estudo pode ser descrito como pesquisa aplicada em estudo de caso do município de Juranda/Pr. De acordo com Gil (2000) a pesquisa aplicada pode ser caracterizada como forma de compreender a respeito de determinado assunto a partir de um caso concreto. E, o estudo de caso é visto como investigação de um fenômeno atual dentro de seu contexto da realidade. Assim, serão observadas, coletadas e analisadas informações a respeito do município.

Considerada uma pesquisa qualitativa em função de seu objetivo. Para Oliveira (2001), a pesquisa qualitativa tem como objetivo descrever a complexidade de determinada hipótese ou problema, analisando a interação de variáveis envolvidas, compreender e classificar processos experimentados por grupos sociais. Portanto, a pesquisa qualitativa será realizada por meio da interpretação e análise do contexto do município utilizando-se das informações coletadas e correlacionando tais informações.

Portanto, busca-se apresentar contribuições no processo transformações e mudanças, no processo de criação ou formação de opiniões de determinado grupo permitindo assim maior grau de profundidade na interpretação das particularidades e comportamentos ou atitudes dos indivíduos.

A partir dos objetivos, a pesquisa também é considerada como descritiva, porque descreve a pesquisa e os resultados obtidos, comparando os fundamentos teóricos com a realidade observada. Segundo Oliveira Netto (2006) a pesquisa descritiva consiste em estudo, análise, registro e interpretação dos fatos.

Assim, a pesquisa e suas técnicas constituem-se em uma oportunidade de aprendizagem pela aquisição e troca de conhecimentos.

3.3 COLETA DOS DADOS

Para Gil (2000) a pesquisa completa-se com a obtenção de dados concretos, visto que sem coleta de dados não existe pesquisa científica. No estudo de caso a coleta de dados é mais específica e completa ao ser comparada com outras

pesquisas. Isto decorre do fato de que se utilizam dados obtidos na pesquisa coletados com pessoas envolvidas quanto com dados de “papel”¹ (material escrito).

Para a coleta de dados foi utilizada pesquisa bibliográfica, entrevista e observação.

A pesquisa bibliográfica segundo Marconi e Lakatos (2002) é elaborada a partir de material já publicado constituído de um apanhado de pesquisas realizadas, revestida de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes ao tema em estudo. Sendo composta por fontes primárias e fontes secundárias.

As fontes primárias são documentos oficiais fornecidos pela Prefeitura Municipal de Juranda e seus respectivos órgãos para a coleta de dados. Ao buscar dados de documentos internos da Prefeitura Municipal como leis, relatórios, documentos expedidos, entre outros, serão obtidas informações a respeito da gestão municipal atual e de gestões anteriores, sendo estas correspondentes ao período de estudo. Assim serão analisadas as políticas, programas, projetos, planos contidos no planejamento municipal.

As fontes secundárias originam-se de artigos científicos, livros, monografias, periódicos, materiais disponíveis na internet, etc. Sendo estas, retiradas principalmente em *sítes* de pesquisas por institutos como IBGE, IPARDES, IPEA e SEAD. Por meio das fontes secundárias serão coletados dados para a descrição de conceitos a respeito de políticas públicas e de desenvolvimento a nível municipal, assim como indicadores socioeconômicos do município de Juranda e informações a estes relacionadas.

Marconi e Lakatos (2007) complementam que a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito a respeito de certo assunto, mas propicia o exame de um tema com novo enfoque ou abordagem, possibilitando conclusões inovadoras.

Ruiz (2011) destaca que a entrevista consiste no diálogo com o objetivo de obter de determinada pessoa dados relevantes para a pesquisa, sendo a entrevista informal realizada por meio de diálogo sem estrutura ou ordenamento dos questionamentos.

A entrevista utilizada na pesquisa é caracterizada como entrevista não-estruturada e informal. A mesma foi realizada com funcionários da Prefeitura

¹ Grifo nosso.

Municipal, da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Assistência Social, EMATER², Sindicato Rural dos Trabalhadores, IBGE (departamento localizado no município de Goioere), Coamo Agroindustrial Cooperativa, Karisma Confecções.

Por meio da entrevista foram coletados dados e informações a respeito do planejamento municipal e execução deste no município, a partir de processos administrativos e serviços a serem executados pelas secretarias responsáveis. Também coletados dados de organizações públicas e privadas a respeito de sua organização e funcionamento cujas atividades econômicas e sociais podem impactar no desenvolvimento municipal.

Já a observação, para Marconi e Lakatos (2010) é a técnica utilizada para conseguir informações utilizando-se dos sentidos, não consistindo em apenas ver e ouvir, mas também examinar determinados aspectos da realidade.

Na presente pesquisa foi realizada observação no decorrer da coleta de dados em fontes primárias e secundárias por meio das entrevistas. A observação da coleta de dados foi realizada a partir da aplicação das políticas públicas, dos planos, programas e projetos municipais confrontando os dados obtidos com sua aplicação no município.

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados e sua interpretação são realizadas após a coleta destes. “A análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação” (GIL, 2000, p.50). Já a interpretação busca dar sentido mais amplo às respostas.

A análise dos dados foi realizada a partir da comparação entre a evolução ou regresso dos dados ao longo de determinado período de tempo, sendo este compreendido entre os anos de 2000 a 2010. Esta análise foi realizada a partir de indicadores socioeconômicos do município de Juranda e de informações a estes relacionadas, que permitem traçar um perfil com as características municipais descritas no período de tempo mencionado acima.

² EMATER: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural

Também foi realizada comparação entre os dados e informações obtidas por meio de indicadores, como as políticas públicas, programas, projetos e planos a fim de fazer um diagnóstico da realidade do município. Assim como destacar os possíveis motivos das mudanças ocorridas no período e que podem influenciar no desenvolvimento municipal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para exposição das informações e dos resultados obtidos a presente seção foi dividida em tópicos: Perfil Econômico Municipal e Políticas Públicas Municipais.

No tópico Perfil Econômico Municipal consta descrição do perfil socioeconômico de Juranda a fim de diagnosticar a situação do município em determinado período de tempo, assim como suas tendências futuras. No tópico Políticas Públicas Municipais são descritas as políticas públicas do município de Juranda conforme estão descritas no planejamento municipal.

4.1 PERFIL ECONÔMICO MUNICIPAL

4.1.1 Fatores Produtivos

Neste tópico serão descritos os setores econômicos de Juranda, produção econômica local e sua forma de distribuição no município.

O processo produtivo municipal, segundo Prefeitura Municipal de Juranda (2009a), passou por dois estágios: o primeiro anterior a 1980, chamado de Complexo Rural sustentado pelo cultivo e comercialização de grãos de café e o segundo iniciado a partir de 1980 com o processo de transformação regional, chamado Complexo Agroindustrial que modificou a estrutura produtiva com a inserção da agricultura de *commodities*.

Atualmente o processo produtivo local é baseado na agropecuária e no setor de comércio/serviço sendo este dependente dos resultados da agropecuária. Os setores econômicos do município se dividem conforme Tabela 1.

TABELA 1: Composição setorial do município de Juranda

SETORES ECONOMICOS	
✓	<p>Setor Primário: é composto por um conjunto de atividades de produção de matéria-prima. A principal fonte é a agricultura com estrutura econômica com pouca diversidade de culturas, sobressaindo culturas de ciclo rápido e para exportação. As culturas que mais se destacam na região são as plantações de verão como soja e milho e as de inverno que são trigo, aveia, milho safrinha. Há o cultivo de atividades hortifrutigranjeiras em propriedades que desenvolvem a agricultura familiar. É predominante no município a atividade monocultura e propriedades de pequeno porte. A pecuária, com incentivo à diversificação sendo as principais atividades a criação de bovinos para corte e leite, suínos, peixes e aves.</p>
✓	<p>Setor secundário: é o setor que transforma a matéria-prima em produtos industrializados. Há no município uma agroindústria, Coamo Agroindustrial Cooperativa e uma facção, que compõem o setor secundário do município e que empregam a maior quantidade de trabalhadores. Entretanto a Coamo no município é apenas um posto de recebimento de insumos, não faz o processamento deste insumo recebido no município.</p>
✓	<p>Setor terciário: é o setor que envolve a comercialização de produtos em geral e a oferta de serviços comerciais, pessoais ou comunitários a terceiros. O comércio é pouco diversificado, sendo muito comum a demanda de local ser suprida pelo comércio dos municípios de Campo Mourão, Goioere, Ubitatã.</p>

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA (2009a).

Assim como os demais municípios da microrregião de Campo Mourão, o município de Juranda tem no **setor primário** a base de suas atividades econômicas e conseqüentemente, de geração de riquezas. A produção e exportação de matérias-primas não geram riqueza significativa, pois estes produtos não possuem valor agregado como ocorre com os produtos industrializados.

O **setor secundário** é incipiente e o **setor terciário** não apresenta diversificação e especialização capaz de evitar que seus habitantes busquem em outras cidades produtos e serviços especializados.

Para visualizar numericamente os dados e informações a respeito da realidade local serão utilizados alguns **indicadores** referentes ao município de Juranda relacionados aos fatores produtivos locais. Para Januzzi (2009) os indicadores permitem reconstituir um retrato aproximado de determinada realidade social.

O **Produto Interno Bruto (PIB)**, segundo Januzzi (2009) corresponde ao valor dos bens e serviços finais produzidos no país ou região em um determinado período. O PIB a preços correntes é a soma do que foi produzido e comercializado no período de um ano. Seu objetivo é mensurar a atividade econômica de uma região. O PIB *per capita*, segundo Gremaud *et al* (2007), é a produção total dividida

pelo número de habitantes, representando o grau de desenvolvimento econômico de um país. Já o PIB real é que foi produzido no período descontando a inflação.

A evolução do PIB pode ser visualizada a partir da Tabela 2 abaixo:

TABELA 2: Evolução do PIB do município de Juranda 2003-2008

ANO	PIB PER CAPITA (R\$ 1,00)	PIB NOMINAL (R\$ 1.000,00)	DEFLATOR* % ao ano	PIB REAL (R\$ 1.000,00)
2003	R\$ 16.184,00	R\$ 127.353,00	9,30%	R\$ 115.509,17
2004	R\$ 16.634,00	R\$ 129.642,00	7,60%	R\$ 119.789,20
2005	R\$ 14.487,00	R\$ 111.825,00	5,69 %	R\$ 105.462,16
2006	R\$ 14.576,00	R\$ 111.432,00	3,14%	R\$ 107.933,04
2007	R\$ 15.317,00	R\$ 117.692,00	4,46%	R\$ 112.443,94
2008	R\$ 22.760,00	R\$ 178.844,00	5,90%	R\$ 168.292,20

FONTE: IBGE (2009), JORNAL O GLOBO (2010).

O PIB *per capita* estava elevando-se de 2003 para 2004, com queda em 2005 e constante evolução a partir do ano de 2006. Assim percebe-se uma evolução de 57,10% do ano de 2005 para 2008.

Assim, percebe-se que teoricamente a renda média disponível às pessoas passou a ser maior no período considerado, ou seja, em quatro anos houve elevação da renda *per capita*, principalmente no ano de 2008. É importante salientar em relação ao PIB *per capita*, que toda a renda toda a renda gerada da produção no município não é apropriada pela população residente, que a geração de renda e consumo não é necessariamente realizada no município e isto não demonstra que todas as pessoas tenham o mesmo valor monetário de renda ou mesmo acesso a bens. Ou seja, enquanto alguns têm renda elevada, há uma parte da população que sobrevive com menos de um salário mínimo.

Em relação o PIB nominal, ou a preços correntes, o município teve evolução de 2003 para 2004, com quedas em 2005 e 2006, recuperando-se no período de 2007. Teve elevação considerável no ano de 2007 para 2008, em percentual equivalente a 51,95%.

Há de se destacar também que como pode ser visualizado na tabela 6 houve uma redução populacional no decorrer dos períodos. Mas mesmo assim houve aumento do PIB a preços correntes e *per capita*, o que representa um aumento na produção de bens e serviços mesmo com tal evasão populacional.

O PIB real ou a preços constantes permite demonstrar o PIB municipal excluindo as variações de índices do período. Esse teve a mesma evolução e redução do PIB *per capita*, visto que a partir de 2006 a inflação teve valor relativamente baixo em relação a 2003 e 2004, estando entre 3% e 6%. Por meio da redução da inflação é possível visualizar dados da produção local mais condizente com a realidade. A evolução pode ser visualizada na Figura 3.

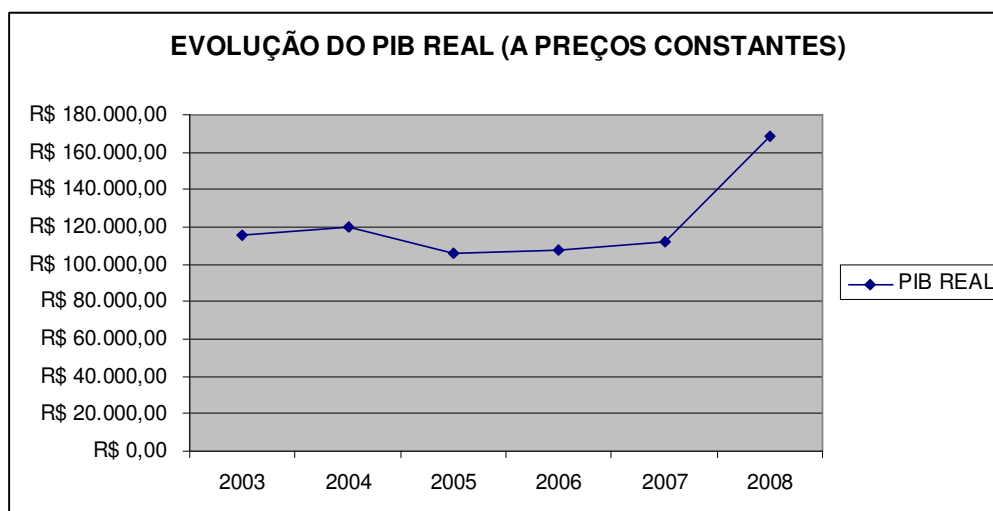


FIGURA 3: Evolução do PIB Real do município de Juranda: 2003-2008
 Fonte: Adaptado de IBGE (2009).

No período de 2007 encerrou a gestão do prefeito anterior e iniciou a gestão da prefeita atual (prefeita atual – Leila Miotto Amadei gestão 2007-2008 e 2009-2012). A mudança de gestão municipal ocorrida neste período pode ter interferido no PIB do ano de 2008 elevando assim seus valores devido ao novo modo de gestão implantado.

O PIB do município é composto pelos ramos de atividades da agropecuária, indústria e serviços, que representam o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos.

Assim, o **Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos**, segundo FEE (2011) corresponde ao valor que a atividade econômica acrescenta aos bens e serviços consumidos no processo produtivo, ou seja, consiste no cálculo do que cada ramo de atividade adicionou ao valor do produto final em cada etapa do processo produtivo. É a contribuição ao PIB pelas diversas atividades econômicas, conforme pode ser visualizada na Figura 4.

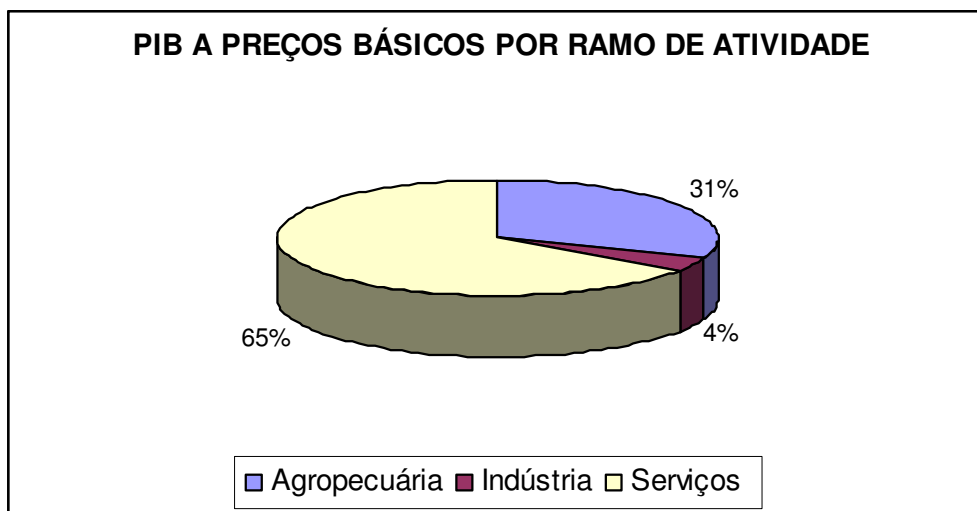


FIGURA 4: Valor do PIB a preços básicos por ramo de atividade do município
 Fonte: IPARDES (2011b).

Seguindo as informações de IPARDES (2011b) para efeito de cálculo da figura 3 têm-se como PIB total R\$ 164.463.000,00 para o ano de 2008. Assim percebe-se a importância do setor de serviços para a composição do PIB municipal, representando 65% deste. Embora no município haja predominância da atividade agropecuária o setor de serviço (terceiro setor) que engloba comércio e serviços é responsável pela maior geração do PIB municipal.

É importante salientar a diferença de valores do PIB para o ano de 2008 pelo mesmo instituto de pesquisa (IPARDES), sendo que ao demonstrar o valor do PIB expõe o valor de R\$ 178.844.000,00 e quando faz a distribuição por ramo de atividade expõe o valor de R\$ 164.463.000,00. Sendo apenas mencionada a justificativa de que “a soma das parcelas difere do total devido aos arredondamentos”³. Assim percebe-se a falta de exatidão dos dados.

Ao comparar o PIB à Receita Fiscal do município podemos comparar o Valor Adicionado Fiscal.

Segundo SEFA (2011) o Valor Adicionado Fiscal corresponde a um indicador econômico-contábil utilizado pelos Estados a fim de calcular a participação municipal no repasse de receita do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e de

³ Grifo nosso.

Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em forma de índice. É calculado com base nas declarações anuais apresentadas pelas empresas estabelecidas nos respectivos municípios.

O **Valor Adicionado Fiscal** segundo os ramos de atividades para o ano de 2009 para o município é demonstrado na tabela 4.

TABELA 3: Valor adicionado fiscal por ramos de atividades do município de Juranda – 2009

RAMOS DE ATIVIDADES	VALOR
Produção Primária	R\$ 79.257.388,00
Indústria	R\$ 2.388.098,00
Indústria – simples nacional	R\$ 131.999,00
Comércio/serviços	R\$ 24.153.850,00
Comercio – simples nacional	R\$ 2.182.665,00
Recursos / Autos	R\$ 502.117,00
TOTAL	R\$ 108.616.117

Fonte: SEFA apud IPARDES (2011b).

O Valor Adicionado Fiscal refere-se à realidade e vocação econômica do município. Por meio da tabela demonstra-se que no ano de 2009 a produção primária representada pelo setor primário da economia (agropecuária) persiste com principal fonte de renda do município. E, como pode ser visualizado na figura 4, o valor adicionado do município é referente ao setor primário é de 72,88%. Tal informação pode ser ilustrada na Figura 5.

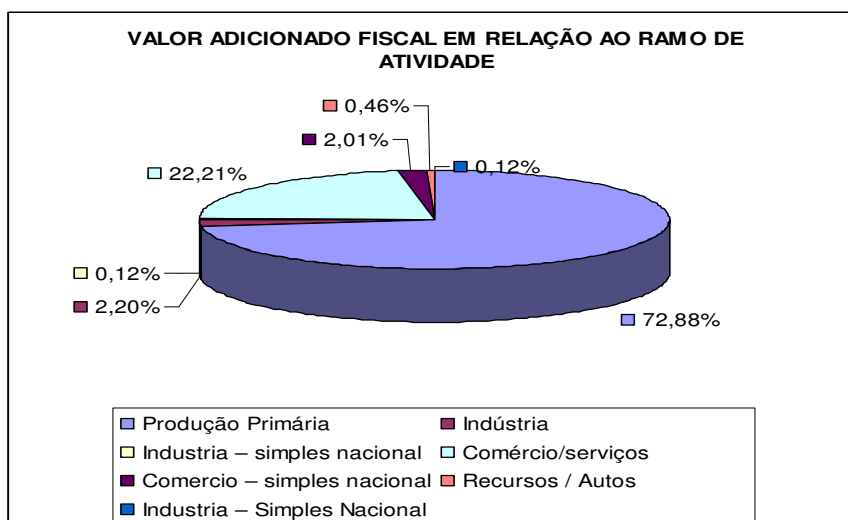


FIGURA 5: Valor Adicionado Fiscal em relação ao ramo de atividade do município de Juranda - 2009
Fonte: IPARDES (2011b).

Pela análise do PIB e informações a este relacionadas percebe-se que o município é predominantemente dependente da atividade agropecuária, tendo o setor primário como maior gerador de contribuição fiscal e o terceiro setor sendo o mais impactantes no PIB municipal, responsável no período de 2003 a 2008 por sua elevação.

4.1.2 Fatores Socioeconômicos

Nesta parte do estudo foram considerados no âmbito dos fatores socioeconômicos informações populacionais, distribuição de renda, mercado de trabalho municipal e desempenho setorial que estão relacionados às condições de vida da população.

O município de Juranda apresenta redução da população no decorrer dos anos, conforme Tabela 4.

TABELA 4: Dados populacionais do município de Juranda

ANO		POPULAÇÃO
2000		8.096
2001		8.054
2002		7.995
2003		7.930
2004		7.794
2005		7.719
2006		7.645
2007		7.684
2008		7.858
2009		7.822
2010		7.641
2011	estimativa	7.603
2020	projeção	5.203

FONTE: Tesouro Nacional (2011), IPARDES (2011g), IPARDES (2011h).

No período de 2000 a 2010 há um acentuado decréscimo da população no município de Juranda. Ou seja, em 10 anos houve uma redução de 455 pessoas, o que equivale a 5,62% neste período. Também, apresenta para o ano de 2010, segundo IPARDES (2011b), densidade demográfica com valor equivalente a 22,10 hab/km² e grau de urbanização de 76,42%. Isto representa que aproximadamente 22,58% da população do município residem na zona rural.

A evolução e projeção da população do ano 2000 a 2020 pode ser melhor visualizadas na Figura 6.

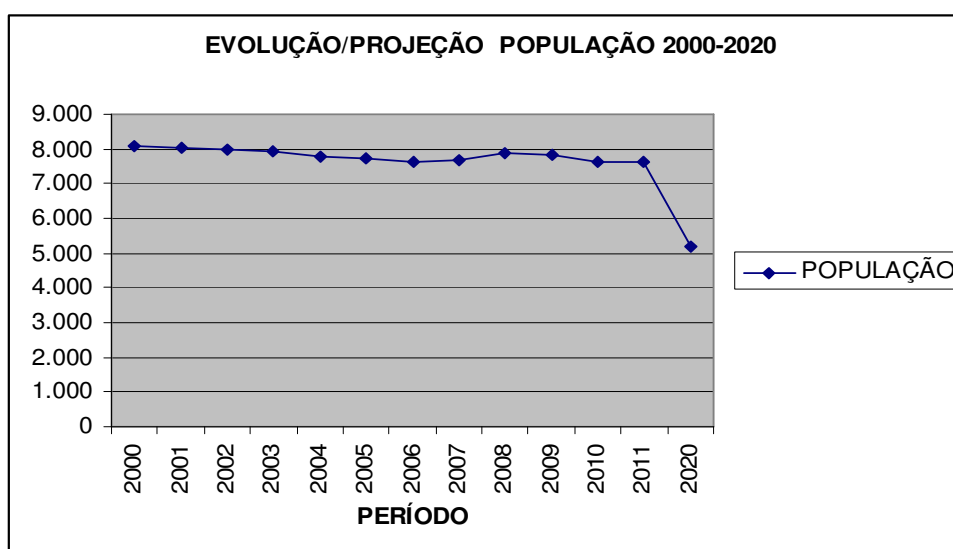


FIGURA 6: Evolução/projeção do contingente população do município de Juranda: 2000-2020
Fonte: Adaptado de Tesouro Nacional (2011), IPARDES (2010g), IPARDES (2010h).

A partir da estimativa para o ano de 2011 e projeção do contingente populacional para o ano de 2020, percebe-se uma constante redução da população para estes períodos. Sendo que de 2010 a 2020, período equivalente há 10 anos, pela projeção realizada pelo IPARDES haverá diminuição de 2.438 habitantes do município. Portanto, em relação às expectativas de habitantes há forte tendência de reduzir a quantidade populacional.

Conforme consta no Plano Diretor de Juranda, o município no decorrer dos anos está se urbanizando, mas consegue obter taxa de crescimento total em decorrência das migrações para outros centros devido à baixa expectativa de trabalho e renda (Prefeitura Municipal de Juranda, 2009a). Tendo então, tendência ao esvaziamento populacional, necessitando criar condições para geração de emprego e renda, além ter iniciativas e alternativas para reverter este processo.

O **IDH – Índice de Desenvolvimento Humano**, segundo Jannuzzi (2001) é um indicador capaz de oferecer um diagnóstico da situação atual considerando dimensões de renda, saúde e educação. Seu objetivo é oferecer um contraponto ao PIB *per capita*, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Assim o IDH, parte do pressuposto de que aferir o avanço de uma população implica considerar não apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida das pessoas.

Já o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), segundo SEN (1999) constitui um sub-índice do IDH, que representa a realidade a nível municipal. O indicador varia de 0 a 1, sendo que entre 0 e 0,499 é considerado baixo, de 0,500 a 0,799 é considerado médio e quanto maior ou igual a 0,80 é considerado alto. A seguir na Tabela 5 constam informações do IDH-M do município de Juranda.

TABELA 5: IDH-M do município de Juranda 1991-2000

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL – IDH				
ANO	IDHM	IDHM RENDA	IDHM LONGEVIDADE	IDHM EDUCAÇÃO
1991	0,676	0,633	0,676	0,718
2000	0,731	0,652	0,696	0,846

Fonte: PNUD, 2011.

O IDH-M constitui índice que agrega outros indicadores sociais, sendo utilizado para pontuar o nível de qualidade de vida de uma população. Como demonstra a Tabela 5, o IDHM para o município de Juranda teve evolução de 1991 para 2000, sendo ambos considerados de nível médio. Já, em relação à sua composição o IDHM-Renda é o componente que apresenta o menor valor em relação à longevidade e educação, mas apresenta um valor também considerado médio. O melhor indicador é o IDHM-Educação que no ano de 2000 apresenta classificação de IDH alto.

O IDHM pode melhor ser visualizado, assim como os respectivos fatores na Figura 7.

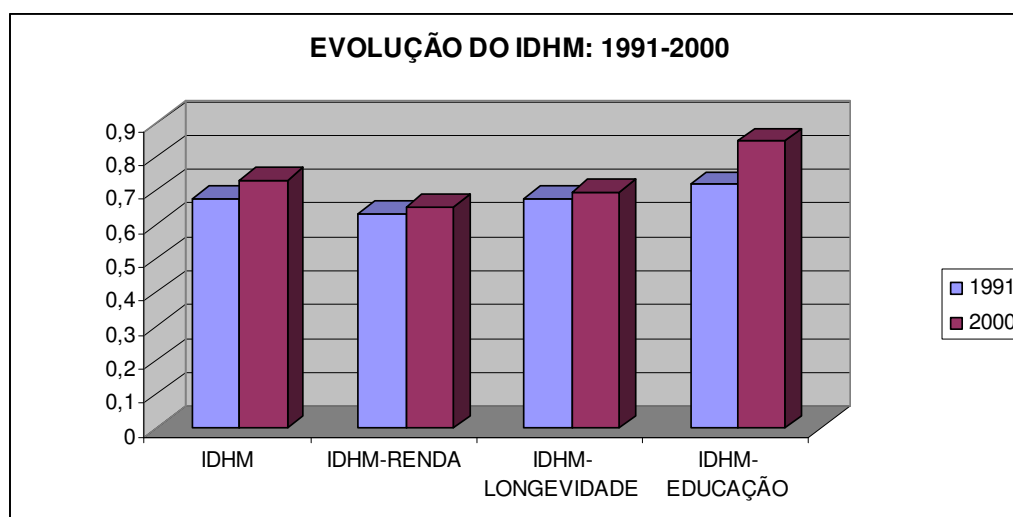


FIGURA 7: Evolução do IDHM do município de Juranda: 1991-2000
FONTE: Adaptado de PNUD, 2011.

Pela Figura 7 percebe-se que todos os IDHM aumentaram no ano de 2000, sendo de maior relevância o IDHM-Educação. Embora no ano anterior, 2000, os indicadores apresentam valores considerados bons.

Há de destacar também que são responsabilidades do poder público, as áreas de saúde e educação e que recebem transferências de recursos a nível federal e estadual. E, o fator renda, referente ao setor econômico, é menos influenciado pela gestão municipal devido à diferenciação de transferência como acontece em outros setores mencionados, mas que possui grande influência no município, podendo assim impactar no seu indicador e no desempenho da área.

Além desta, do setor econômico estar exposto a vulnerabilidades de fatores externos e outros fatores internos, como mercado internacional, fatores ambientais, etc.

Contudo, há que se atentar para as limitações que podem ser encontradas com o uso de tais indicadores, como por exemplo, a falta de indicadores mais atualizados ou a respectiva formação e composição a cada dois, cinco, dez anos. Nos exemplos citados cabe lembrar que o último PIB divulgado consta do ano de 2008 e o último IDH-M divulgado é do ano de 2002, conforme informações confirmadas em consulta também aos cadernos municipais disponibilizados no *site* do IPARDES. Isso requer que o gestor busque associar as informações representadas pelos indicadores e outras informações disponíveis para potencializar a gestão de políticas governamentais voltadas para as questões de desenvolvimento.

Ao analisar a condição de qualidade de vida da população deve ser dada atenção à **distribuição de renda e pobreza**. O combate à pobreza é normalmente considerado um objetivo social e geralmente os governos dedicam-lhe atenção significativa.

Para Gremaud *et al* (2007) a pobreza é considerada um estado de carência em relação a alguns aspectos mínimos às condições de vida da população. Conforme Santos (2009), pobreza pode ser definida como insuficiência de renda. A taxa de pobreza do município de Juranda é destacada na Tabela 6.

TABELA 6: Situação de pobreza da região do município de Juranda – ano 2000

LOCALIDADE	POPULAÇÃO (estimada 2011)	TAXA DE POBREZA	INDICE GINI
PARANÁ	10.512.151	20,87 %	0,60
BOA ESPERANÇA	4.522	35,83%	0,54
CAMPINA DA LAGOA	15.269	37,20 %	0,62
GOIOERE	28.962	27,69%	0,58
JANIÓPOLIS	6.413	39,09%	0,54
JURANDA	7.603	35,76 %	0,59
MAMBORÊ	13.869	38,26%	0,58
NOVA AURORA	11.730	22,77%	0,60
UBIRATÃ	21.479	33,16%	0,55

Fonte: IPARDES (2011g).

Ao comparar o município de Juranda com o estado do Paraná esse apresenta distribuição de renda (Índice Gini) com taxa muito próxima ao do Estado (Paraná 0,60 e Juranda 0,59) e com valores próximos ao dos municípios da região. Em relação à taxa de pobreza, também, apresenta tal indicador próximos aos dos municípios da região, destacando Nova Aurora e Goioere que apresentam as menores taxas de pobreza da região.

De acordo com dados do IBGE (2011) no ano de 2003 a **incidência de pobreza** no município equivale a 43,88%, já a **taxa de pobreza** segundo IPARDES (2011b) equivale no ano de 2000 a 35,76%. Para IPARDES (2011g) no ano de 2000, 3.460 pessoas estavam em situação de pobreza⁴ e deste total 838 famílias.

Percebe-se, com os dados acima, que quase metade da população no ano de 2003 estava em situação de pobreza, enquanto que no ano 2000 esse percentual passou a ser inferior. Assim, percebe-se que em 3 anos a situação de pobreza dos munícipes jurandenses aumentou, enquanto as expectativas sempre almejam o decréscimo de tais índices.

Segundo Santos (2009) o **Índice de Gini** é uma medida de concentração ou desigualdade utilizada na análise da distribuição de renda. O Índice de Gini é utilizado para calcular a desigualdade de distribuição de renda, variando de 0 a 1. Sendo 0 correspondente à completa igualdade de renda (todos tem a mesma renda) e 1 corresponde a completa desigualdade. De acordo com IPARDES (2011b) o município no ano de 2000 apresenta um Índice de Gini equivalente a 0,59, o que representa que 59% da população se encontram em desigualdade de renda. É elevada a distância de renda entre ricos e pobres no município. Embora a desigualdade de distribuição de renda esteja em torno de 59% a taxa de pobreza equivalente para o município equivale a 35,76%.

Segundo Santos (2009) a **desigualdade social** está profundamente associada aos diferenciais de renda da população, e pela heterogeneidade no mercado de trabalho.

Para DIEESE (2011) a **PEA** (População Economicamente Ativa) corresponde à parcela da população que está em idade ativa e que está ocupada ou desempregada. Corresponde ao potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo.

⁴ Pessoas em situação de pobreza é a população calculada em função da renda familiar per capita de até ½ salário mínimo. (IPARDES, 2011g)

Conforme dados do IPARDES (2011b) a PEA para o ano de 2000 equivale ao total de 3.571 pessoas, sendo distribuídos 2.691 na zona urbana e 880 na zona rural. Comparando com a população do município no ano 2000 que consiste em 8.134 habitantes, conforme Tabela 6, representa que 43,90% da população do município neste período estavam economicamente ativas, englobando tanto quem está exercendo atividade remunerada como quem estava desempregado.

Já a **população ocupada**, segundo IPARDES (2011b) corresponde a 3.057 habitantes, ou seja, estas pessoas estavam efetivamente trabalhando no período. Assim, há uma diferença de entre a população economicamente ativa (3.571) e a população ocupada (3.057) que corresponde a 514 pessoas, sendo que possivelmente estas pessoas estavam desempregadas, mas amparadas pelo seguro desemprego.

No município a quantidade de empregos formais no decorrer do período de 2000 a 2010, é demonstrada na Tabela 7.

TABELA 7: Quantidade de emprego formal no município de Juranda período de 2000-2010

RELAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS: 2000-2010											
ANO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
QTDE*	526	545	541	564	639	687	676	685	678	722	728

* QTDE: quantidade

Fonte: IPARDES (2011a).

Pela tabela 7 percebe-se a evolução da quantidade de empregos formais no município. Houve pouca alteração de 2000 a 2003, e, a partir deste período o número de empregos elevou-se consideravelmente. Esta informação é conflitante com a contagem da população conforme Tabela 6.

Enquanto a população teve redução em sua quantidade devido à migração de pessoas para outros municípios, a quantidade de empregos formais aumentou. Isto pode ter ocorrido por diversos fatores, como, por exemplo, a formalização (registro) de trabalhadores que estavam em situação de informalidade empregatícia e até mesmo o incentivo à abertura de novas empresas e contratação de novos trabalhadores.

Um exemplo desta situação é a Lei Municipal nº 731/2007, como incentivo ao desenvolvimento econômico e social. Esta lei vincula ao incentivo dado às empresas a geração de no mínimo 05 empregos diretos formais a partir do segundo ano de instalação da empresa.

Ao comparar a população ocupada no ano de 2000, que correspondia a 3.057 pessoas que estão efetivamente trabalhando com a quantidade de empregos formais no ano de 2000 correspondentes a 526, representa que apenas 17,20% da população estão ocupadas (trabalhando). Portanto, há enorme disparidade, podendo haver brecha ao entendimento da quantidade de trabalhadores que estão na informalidade, mesmo considerando empresários autônomos, empregadores, entre outros.

Ao verificar dados mais atuais, segundo IPARDES (2011b) no município para o período de 2010 há 149 estabelecimentos que ofertam 728 empregos formais, conforme pode ser visualizado na tabela 8.

TABELA 8: Número de estabelecimento e empregos segundo as atividades econômicas no município de Juranda – 2010

RAMO DE ATIVIDADE	ESTABELECIMENTOS	EMPREGOS
Administração pública direta e indireta	2	194
Comércio varejista	54	150
Comércio atacadista	7	139
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca	54	94
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	12	61
Indústria têxtil, vestuário e artefatos de tecidos	1	39
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	2	14
Outros	17	37
TOTAL	149	728

Fonte: IPARDES (2011b).

Pela Tabela 8 pode-se observar que as atividades que mais empregam no município são: a Administração pública direta e indireta, o comércio varejista e o comércio atacadista e a agropecuária. Sendo que a Administração Pública oferta aproximadamente 26,64% dos empregos formais e a agricultura ocupa 12,91% dos empregos formais.

Em relação aos vínculos empregatícios tem que se considerar que há pessoas que residem no município, mas que se deslocam para outros municípios para trabalhar. Também há muitas pessoas que trabalham em condições de informalidade, principalmente no setor do comércio, agropecuária e construção civil. No setor agropecuarista é muito comum o trabalhador não manter vínculo empregatício e fazendo apenas negociação verbal, trabalhando como diarista ou de forma temporária, como em período de safra.

Atualmente no município as empresas privadas e cooperativas que mais empregam são a Coamo Agroindustrial Cooperativa e a facção Karisma Confecções. As instituições públicas que mais empregam são a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado do Paraná, como no setor educacional. Há também o deslocamento de trabalhadores para a cidade de Cafelândia, para trabalhar na Copacol – Cooperativa Agroindustrial Cooperativa Agroindustrial Consolata, cooperativa que atua no setor de avicultura.

A Coamo é uma agroindústria, mas no município de Juranda faz apenas o recebimento de grãos e seu transporte para outras regiões. A empresa é composta por várias unidades: Juranda I, Primavera, Pensamento I e Pensamento II. A unidade Juranda I é localizada no perímetro urbano e emprega 88 funcionários efetivos. A unidade Primavera localizada no distrito de Primavera emprega 22 funcionários efetivos. A unidade Pensamento I localizada no povoado de Pensamento, nas margens da Rodovia Br 369, Km 411 emprega 22 funcionários efetivos. E, a unidade Pensamento II, localizada na Br 369 emprega 05 funcionários efetivos.

As principais atividades desenvolvidas pelas unidades da Coamo são: o recebimento, beneficiamento e armazenamento de produtos agrícolas; fornecimento de bens de produção e outros; e o desenvolvimento da atividade agropecuária, prestação de serviços de assistência técnica a associados. Na unidade Juranda I, além das atividades desenvolvidas também há a concessão de financiamentos para o custeio e comercialização da safra agrícola pela Credicoamo que presta serviços bancários relativos à cooperativa de crédito a associados.

A facção Karisma Confecções é localizada na Avenida Brasil próximo à Coamo. Gera aproximadamente 56 empregos, formais e informais. As atividades básicas desenvolvidas na empresa são o corte e a costura de vestuário feminino e masculino (calças, camisas, etc.) sob encomenda para clientes do município e da

região.

Para a Copacol em Cafelândia deslocam-se três ônibus em dois turnos que transportam no total 120 trabalhadores, que trabalham no setor de avicultura.

Assim percebe-se que a empresa que emprega a maior quantidade de trabalhadores é a Coamo. Também se verifica a dependência do município em relação mesma como provedora de renda para os trabalhadores e conseqüentemente influenciadora na economia municipal.

A Prefeitura Municipal emprega, englobando todos os setores, 202 funcionários efetivos (estatutários e comissionados), terceirizados 106 trabalhadores e 20 estagiários que são mantidos por convênios.

Pelo Governo Estadual do Paraná, o setor que mais possui funcionários é a educação. Embora não se considere em termos econômicos, há substancial número de servidores públicos estaduais atuando no município, predominantemente nas três escolas da Rede Estadual de Ensino que ofertam a Educação Básica (anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio). E, por mais que tais servidores não sejam considerados como atuantes diretos nas atividades econômicas, seus rendimentos são computados no cálculo do PIB e movimentam o comércio local. O mesmo ocorre com os servidores municipais atuantes nos mais diversos setores.

O **setor da Construção Civil** no município é um ramo de atividade que emprega muitos trabalhadores. Sendo fonte de renda para os trabalhadores que não conseguem outras alternativas de trabalho e não querem se deslocar para outros municípios em busca de empregos. Tal setor é caracterizado por profissionais autônomos e por informalidade empregatícia. No município a construção civil é em sua maioria representada por obras de pequeno e médio porte, como construção de casas, barracões e prédios comerciais.

Em relação à **estrutura industrial** do município, o Parque Industrial, destinado como local reservado para atividades industriais não é descrito de forma detalhada. Também não há informações mais abrangentes no Plano Diretor do município, sendo este parque citado e descrito, no planejamento municipal como próximo à Coamo e à BR 369. A partir de poucas informações obtidas e pela observação da localidade, percebe-se que o Parque Industrial é incipiente e as empresas que nele estão instaladas são pouco diversificadas.

Segundo Humphery & Schimitz (1997) e Rabelloti (1995) *apud* Candido (2002) a eficiência coletiva pela concentração de empresas pode ocorrer seguindo

três formas: pólo (concentração setorial e geográfica de empresas em uma mesma localidade auferindo benefícios como difusão de idéias, participação de produtores locais em feiras comerciais e busca de novos mercados para seus produtos), distrito industrial (agrupamento de empresas que além das vantagens do pólo possui a colaboração entre diversos agentes econômicos locais, favorecendo a produção local e a inovação) e redes (parceria para o aprendizado mútuo e inovação coletiva, mesmo sem agrupamentos de empresas, sendo que esta parceria não condiciona as empresas estarem em uma mesma localidade).

Os autores ainda atentam para o fato de que não basta apenas o agrupamento ou localização das empresas, faz necessário por parte da gestão pública local articulação e integração com as empresas locais, conhecimento das características e demandas da região conhecendo as potencialidades locais e regionais e as necessidades das empresas localizadas no município, assim como seus interesses econômicos e produtivos.

O mercado de trabalho local não consegue suprir a demanda de trabalhadores, a renda do município é baseada no salário mínimo nacional e a informalidade é predominante devido às empresas não efetuarem registros formais de seus funcionários. Sendo estes os principais motivos da migração de pessoas do município para cidades maiores em busca de melhores oportunidades.

A fim de avaliar a gestão municipal são utilizados alguns indicadores. De acordo com IPARDES (2010) o **Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM)** busca avaliar a situação dos municípios considerando a ponderação das principais áreas de desenvolvimento econômico e social, sendo a) emprego, renda e produção agropecuária; b) educação e c) saúde.

O desempenho municipal é expresso por um índice que varia entre 0 e 1, sendo quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município com relação ao referido índice. A classificação adotada é: baixa (0 a < 0,4), média baixa (0,4 a < 0,6), média (0,6 a < 0,8) e alta (0,8 a 1).

O município de Juranda apresenta uma evolução do índice conforme mostra Tabela 9.

TABELA 9: Evolução do Índice IPARDES de Desempenho Municipal – IPDM do município de Juranda

IPDM		
ANO	VALOR	PERCENTUAL*
2002	0,5220	0%
2005	0,6597	26,37%
2007	0,6578	- 4,83
2008	0,6460	-1,79

* Redução ou evolução de um período (ano) para outro seguinte.

Fonte: IPARDES (2011c).

O IPD-M forma-se a partir da média entre os indicadores de Trabalho e Renda, Educação e Saúde, compondo um indicador sintético de mensuração do nível de desenvolvimento. A realidade jurandense não se mostrou muito satisfatória, pois houve um acréscimo de 2002 a 2005 e uma ligeira queda de 2007 a 2008. Sendo que de 2005 para 2007 teve uma redução de 4,83% e de 2007 para 2008 tal redução era de 1,79%. Mesmo com a redução do valor numérico do índice o município melhorou sua classificação IPDM, saindo de média baixa e passando para média. Tendo, portanto, expectativa de elevação ao longo dos anos. O fator que teve foi mais preponderante para os valores do IPDM foi educação.

Como o IPDM leva em consideração no seu calculo o desempenho de gestão e ações públicas, considerando três eixos principais: emprego e renda, saúde e educação faz-se necessária à análise individual do índice de cada fator para diagnosticar qual a influência de cada um na composição do IPDM.

O IPDM-Educação e sua evolução ao longo de determinado período pode ser visualizado na Tabela 10.

TABELA 10: IPMD – Educação do município de Juranda

IPDM - EDUCAÇÃO		
ANO	VALOR	PERCENTUAL*
2002	0,5172	0%
2005	0,7053	36,36%
2007	0,7173	1,70%
2008	0,7247	1,03%

* Redução ou evolução de um período (ano) para outro seguinte.

Fonte: IPARDES (2011d).

O índice que mede o fator educação **IPDM – Educação**, representado na Tabela 9, apresentou acréscimo constante ao longo dos quatro anos (2002 a 2008) apresentando um aumento total de 0,2075, representa uma elevação de 42,11%. Em relação ao fator educação, este contribui para a tendência de elevação do IPDM, em razão de apresentar crescimento, mesmo que esse seja decrescente. Tal índice tinha classificação média baixa e elevou-se para média.

Entretanto tal índice merece atenção em razão do decréscimo do crescimento ao longo de 2007-2008, que de 1,70% caiu para 1,03%. A redução do contingente populacional pode estar impactando na redução do índice devido ao fato de redução na quantidade de matrículas e permanência dos alunos nas escolas do município. Assim devem ser verificados quais os fatores que impactam na redução de tal índice e quais as possíveis alternativas para melhorar o desempenho, impedir sua redução, visto que esta tem influencia na qualidade da educação ofertada aos alunos.

É importante destacar que a partir de 2002 houve uma readequação do setor educacional para a mudança da gestão dos recursos do FUNDEF⁵ para o FUNDEB⁶. Tais mudanças impactaram na redistribuição dos recursos, na metodologia e mensuração das atividades educacionais e no desempenho da educação. Também no período há transferência para o município da responsabilidade pela educação infantil.

Tais fatores passaram a necessitar de políticas públicas municipais voltadas para o setor, principalmente na questão de aplicação dos recursos públicos e também na implantação de projetos e planos, o que pode ter acarretado a elevação dos indicadores.

⁵ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

⁶ FUNDEB: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao FUNDEF, que vigorou de 1998 a 2006. É um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual formado por parcela financeira de recursos federais e por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal. Independentemente da origem, todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica. Com vigência estabelecida para o período 2007-2020, sua implantação começou em 1º de janeiro de 2007, sendo plenamente concluída no seu terceiro ano de existência, ou seja, 2009, quando o total de alunos matriculados na rede pública é considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos estados, Distrito Federal e municípios para a formação do fundo atinge o patamar de 20%. Além dos recursos originários dos entes estaduais e municipais, verbas federais também integram a composição do FUNDEB, a título de complementação financeira, com o objetivo de assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano a cada estado, ou ao Distrito Federal, em que este limite mínimo não for alcançado com recursos dos próprios governos. (FNDE, 2011)

Na área de saúde, o IPDM-Saúde pode ser visualizado na Tabela 11.

TABELA 11: IPDM – Saúde do município de Juranda

IPDM - SAÚDE		
ANO	VALOR	PERCENTUAL*
2002	0,5775	0%
2005	0,8050	39,39%
2007	0,8025	- 0,31 %
2008	0,7367	- 8,19 %

* Redução ou evolução de um período (ano) para outro seguinte.

Fonte: IPARDES (2011e).

A Tabela 11 demonstra o indicador IPDM que leva em consideração o fator saúde, chamado de **IPDM – Saúde**. Tal índice tem acréscimo substancial de 2002 à 2005, com relativa estagnação até o ano de 2007 e queda substancial no ano de 2008. Percebe-se uma constante redução do indicador que de 2005 para 2007 teve redução de 0,31% e de 2008 houve redução de 8,19%.

A classificação do índice em 2002 era média, de 2005 a 2007 elevou-se e teve classificação alta, mas em 2008 ficou classificada como média. Por meio desta classificação percebe-se a instabilidade deste no período e a tendência de redução do valor do índice. Também, em relação ao índice IPDM demonstra que este fator teve interferência substancial na sua redução.

Segundo informações da Enfermeira Padrão, responsável pelo setor de Saúde no município de Juranda no ano de 2011, por meio de entrevista informal, a partir do ano de 2002 houve uma reestruturação no setor da saúde. Neste período foi criado pelo Ministério da Saúde a Programação Pactuada e Integrada⁷. Por meio deste houve alteração na parte administrativa da saúde; modificação na forma de

⁷ **Programação Pactuada e Integrada (PPI)** consiste em um processo instituído no âmbito do SUS, em consonância com o planejamento em saúde. Por meio deste, são definidas e quantificadas as ações para a população residente em cada território, bem como efetuados os pactos intergestores para garantia de acesso da população aos serviços de saúde. A PPI foi recepcionada pela Norma Operacional Básica 1996 (NOB 1996), e esta propôs como estratégia a ampliação do acesso, a construção de redes regionais, orientadas por programações pactuadas e integradas. A Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS 01 / 2002) colocou a PPI na agenda de todas as Unidades Federadas quando indicou como instrumentos orientadores para a organização das redes regionais, o Plano Diretor de Regionalização (PDR), o Plano Diretor de Investimentos (PDI) e a Programação Pactuada e Integrada (PPI). (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

atendimento e prestação de serviços de saúde; implantação de planos e programas assim como na implantação de indicadores e adesão de metodologia para avaliação destes indicadores, com o objetivo de melhorar a qualidade do serviço público de saúde.

O município de Juranda a partir de 2002 fez adesão automática às mudanças ocasionadas pela implantação do Sistema de Programação Pactuada e também neste período passou a fazer parte do CISCOMCAM – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Comunidade dos municípios da Região de Campo Mourão, que descentralizou o atendimento de saúde para locais de atendimento mais preparado para o atendimento dos pacientes.

Tais fatores podem ter ocasionado às alterações nos indicadores relacionados à área de saúde a partir do ano de 2002. Atualmente o município conta com um hospital municipal, um Posto de Atendimento de Saúde centralizado no município e dois postos de atendimento distribuídos nos distritos. Mas a maioria dos pacientes é encaminhada para a cidade de Cascavel e para Campo Mourão. Isto demonstra a deficiência do município em oferecer e manter serviços especializados de saúde aos munícipes, necessitando, portanto encaminha-los para cidades maiores que ofertam tal atendimento.

O IPDM-Emprego e Renda para o período de 2002 a 2008 podem ser visualizados na Tabela 12.

TABELA 12: IPDM – Renda e emprego do município de Juranda

IPDM – EMPREGO E RENDA		
ANO	VALOR	PERCENTUAL*
2002	0,4712	0 %
2005	0,4689	- 0,48 %
2007	0,4537	- 3,24 %
2008	0,4766	5,04

* Redução ou evolução de um período (ano) para outro seguinte.

Fonte: IPARDES (2011f)

Conforme Tabela 12, analisar o IPDM, que considera o fator emprego e renda, chamado **IPDM – emprego e renda** percebe-se um decréscimo de 2002 a 2007 e um acréscimo de 2007 a 2008. Em todos os períodos este é o fator que apresenta a pior situação, pois está com classificação média baixa, influenciando o

IPDM. A evolução do IPDM e seus fatores de composição podem ser melhor visualizados na Figura 8.

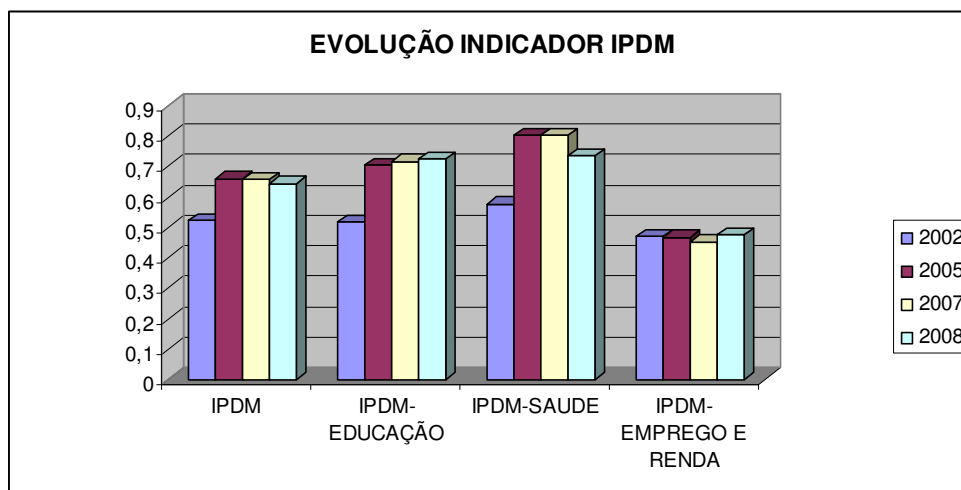


FIGURA 8: Evolução do IPDM do município de Juranda: 2002-2008
 Fonte: IPARDES (2011c), IPARDES (2011d), IPARDES (2011e), IPARDES (2011f).

Comparando o IPDM com seus fatores de composição verifica-se que as áreas de emprego e renda são relevantes para a redução do índice e apresentou as piores condições, mas tem tendência de crescimento. Pela Figura 7, o fator saúde e o fator educação tiveram evolução no indicador. O IPDM-Educação manteve sempre crescimento dos indicadores, mesmo reduzindo este ao longo do período. O IPDM-Saúde está com tendência de redução e o IPDM também.

Ao fazer relação entre o IPDM municipal e o IDHM do município, já que ambos consideram os fatores de emprego e renda, saúde e educação para sua composição destaca-se que o fator emprego e renda apresenta as índices com valores mais baixos e o fator educação apresenta os maiores valores apresentando assim a melhor situação. Para melhor análise de cada fator é necessária à atualização das informações, a fim de diagnosticar a real situação, assim como a tendência para cada um dos fatores.

Assim, a análise do IPDM de uma cidade constitui-se em uma importante ferramenta para a gestão pública. Conforme demonstrado pode ser realizadas análises em vários ângulos, enriquecendo o escopo de informações disponíveis e a possibilidade de melhor adequar as políticas públicas às necessidades municipais.

Ao avaliar os indicadores municipais percebe-se a dificuldade de se encontrar informações mais recentes como para os períodos a partir de 2008. Isto concorre para reduzir a credibilidade destes devido à periodicidade com que o indicador poderia ser atualizado.

4.1.3 Fatores orçamentários

No âmbito dos fatores orçamentários foram considerados para efeito deste estudo, receitas e despesas do município em questão.

Além da análise dos indicadores relacionados ao município é importante destacar as finanças públicas municipais. Para compreender as finanças públicas faz-se necessário compreender dados a respeito de receita corrente e de capital, despesa corrente e de capital.

Segundo Fabretti e Fabretti (2009) as receitas públicas são as entradas de recursos monetários, originadas da arrecadação de tributos que representam variação positiva no patrimônio líquido, ou seja, pela obtenção de empréstimo que consiste em simples permuta de valores (troca de dinheiro por obrigação) e não produz no ato empréstimo variação no patrimônio líquido. As receitas são classificadas em receita corrente (são originárias da arrecadação de tributos, contribuições, patrimônio, serviços, transferências correntes, outras receitas correntes e são destinadas a cobrir despesas que não sejam de capital) e receitas de capital (provenientes de operações de crédito, alienações de bens, amortizações de empréstimos concedidos, transferências de capital e outras receitas de capital).

Já as Despesas públicas, segundo Fabretti e Fabretti (2009) correspondem a toda saída de numerário, sejam por variação negativa no patrimônio líquido e/ou seja por permuta de valores, que não alteram o patrimônio líquido. Ou seja, segundo Andrade *et al* (2008) são dispêndios para custear os serviços públicos (despesas correntes) ou para investimentos (despesas de capital).

Em relação às finanças públicas municipais o município de Juranda apresenta as seguintes receitas conforme Tabela 13.

TABELA 13: Receitas Municipais

ANO	POP*.	RECEITA CORRENTE	RECEITA CAPITAL	DEDUÇÕES FUNDEB	RECEITA TOTAL
2000	8.096	R\$ 4.077.603,22	R\$ 449.233,49	R\$ 0,00	R\$ 4.526.836,71
2001	8.054	R\$ 5.018.272,36	R\$ 408.452,08	R\$ 0,00	R\$ 5.426.724,44
2002	7.995	R\$ 5.654.445,65	R\$ 335.695,79	R\$ 583.901,92	R\$ 5.406.239,52
2003	7.930	R\$ 6.177.887,71	R\$ 25.803,71	R\$ 641.558,55	R\$ 5.562.132,87
2004	7.794	R\$ 7.423.005,01	R\$ 248.729,96	R\$ 794.069,98	R\$ 6.877.664,99
2005	7.719	R\$ 8.720.858,68	R\$ 35.374,34	R\$ 968.821,04	R\$ 7.787.411,98
2006	7.645	R\$ 9.593.001,47	R\$ 110.253,00	R\$ 1.036.597,88	R\$ 8.666.656,59
2007	7.684	R\$ 9.995.789,59	R\$ 1.025.402,42	R\$ 1.200.146,17	R\$ 9.821.045,84
2008	7.858	R\$ 11.434.585,13	R\$ 1.087.225,98	R\$ 1.434.124,93	R\$ 11.087.686,18
2009	7.822	R\$ 13.051.043,20	R\$ 1.719.115,10	R\$ 1.580.576,78	R\$ 13.189.581,52
2010	7.641	R\$ 13.905.795,15	R\$ 1.835.500,87	R\$ 1.874.462,88	R\$ 13.866.833,14

* POP.: população

Fonte: Tesouro Nacional, 2011.

Percebe-se uma queda a partir do ano de 2002 com seguinte elevação de 2007 até 2010, período em que houve a redução nas receitas públicas no valor referente ao FUNDEB. Este tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação.

A principal origem das receitas públicas municipais é proveniente de receitas de transferências (União, Estado e outras) e da receita tributária (impostos, taxas e contribuições) que faz parte da categoria das receitas correntes. Os impostos municipais originários da receita tributária o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), IRRF (Imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos do trabalho), ITBI (Imposto sobre transmissão de bens imóveis), ISS (Imposto sobre serviços). As taxas se originam do exercício do poder de polícia e da prestação de serviços diversos.

Em relação à Receita Tributária integrante da Receita Corrente, a evolução desta pode ser visualizada na Tabela 14.

TABELA 14: Evolução da Receita Tributária no município de Juranda 2007-2010

RECEITA TRIBUTÁRIA 2007-2010				
ANO	2007	2008	2009	2010
VALORES	R\$ 431.174,38	R\$ 558.245,92	R\$ 650.533,15	R\$ 1.094.182,62

Fonte: Fonte: Tesouro Nacional, 2011.

A Receita Tributária composta da arrecadação de impostos, taxas e contribuições tiveram uma elevação de 2007 a 2010 no valor arrecadado com percentual relativo a 153,76% para o período. Assim, percebe-se que teoricamente quanto maior a arrecadação e elevação da receita maior será a aplicação destes recursos em serviços e eficiência destes para a população.

Também há de destacar que por meio da análise da Receita Tributária é possível verificar como está a situação da arrecadação das receitas pública municipal própria. Isto decorre do fato de que a arrecadação de tributos ocorre por movimentação da produção e de serviços gerados dentro do município. Como há elevação da arrecadação no município de Juranda, demonstra a economia local está em constante transformação. Sendo necessário, portanto, de uma eficaz gestão da receita tributária, visto que esta representa os recursos gerados no interior do próprio município.

Na Receita de Capital, no período de 2007 a 2010 também houve aumento considerável da Receita de Capital conforme pode ser visualizado na Tabela 15.

TABELA 15: Receita de Capital do município de Juranda 207-2010

ANO	RECEITA CAPITAL	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	ALIENAÇÕES*	RECEITA TRANSFERÊNCIA
2007	R\$ 1.025.402,42	R\$ 588.736,00	R\$ 329.166,42	R\$ 107.500,00
2008	R\$ 1.087.225,98	R\$ 0,00	R\$ 711.922,98	R\$ 375.303,00
2009	R\$ 1.719.115,10	R\$ 410.450,00	R\$ 905.512,10	R\$ 403.153,00
2010	R\$ 1.835.500,87	R\$ 210.273,04	R\$ 241.572,13	R\$ 1.383.655,70

* Alienação de bens móveis e imóveis.

Fonte: Fonte: Tesouro Nacional, 2011.

Pela Tabela 12, percebe-se que a gestão municipal no período de 2007 a 2010 recorreu a operações de crédito, alienações de seus bens principalmente imóveis e a receita de transferências para alavancar recursos. Demonstrando também que por meio de operações de crédito a gestão pública municipal passa a ter obrigações com terceiros por recorrer a endividamentos para gerar recursos.

Há de destacar que no ano de 2000, foi instituída a Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo Andrade *et al* (2008) tal lei tem como premissa regulamentar o artigo 163 da Constituição Federal no que diz respeito à Tributação e ao Orçamento, a serem

observadas a nível federal, estadual e municipal, introduzindo o conceito de gestão fiscal responsável. O pressuposto é o equilíbrio das contas e dos recursos, ratificando a necessidade de planejamento, controle, transparência e responsabilização na gestão pública. Ou seja, o objetivo é tentar controlar os gastos de recursos dos estados e municípios.

E ainda, a partir do período de 2007 houve mudança de gestão na prefeitura municipal e considerável aumento das receitas de capital e receitas e deduções do FUNDEB.

Como toda receita na esfera municipal é atrelada a uma despesa, as despesas orçamentárias para os períodos de 2000 a 2010 são descritas na Tabela 16.

TABELA 16: Despesas municipais de Juranda 2000-2010

ANO	POPULAÇÃO	DESPESA CORRENTE	DESPESA CAPITAL	DESPESA TOTAL
2000	8.096	R\$ 3.736.441,38	R\$ 864.702,40	R\$ 4.601.143,78
2001	8.054	R\$ 4.389.360,71	R\$ 707.855,12	R\$ 5.097.215,83
2002	7.995	R\$ 4.444.891,22	R\$ 839.648,08	R\$ 5.284.539,30
2003	7.930	R\$ 5.309.060,90	R\$ 448.862,16	R\$ 5.757.923,06
2004	7.794	R\$ 6.035.431,86	R\$ 651.037,96	R\$ 6.686.469,82
2005	7.719	R\$ 7.264.904,00	R\$ 381.711,13	R\$ 7.646.615,13
2006	7.645	R\$ 7.672.976,57	R\$ 758.674,43	R\$ 8.431.651,00
2007	7.684	R\$ 8.418.591,58	R\$ 1.118.463,00	R\$ 9.537.054,58
2008	7.858	R\$ 9.050.978,75	R\$ 1.312.080,65	R\$ 10.363.059,40
2009	7.822	R\$ 10.425.303,84	R\$ 1.680.382,38	R\$ 12.105.686,22
2010	7.641	R\$ 12.021.987,70	R\$ 4.606.225,26	R\$ 16.628.212,91

Fonte: Tesouro Nacional, 2011.

Pela Tabela 16 percebe-se o aumento das despesas públicas no período de 2000 a 2010, com constantes variações nas Despesas de Capital. No período de 2007 a 2010, houve considerável aumento nas despesas de capital, sendo estas referentes a investimentos. Tal situação ocorreu tanto nas receitas de capital como nas despesas. O aumento e distribuição das despesas de capital podem ser visualizados na Tabela 17.

TABELA 17: Despesas municipais de Juranda 2007-2010

ANO	DESPEZA DE CAPITAL	INVESTIMENTOS	AMORTIZAÇÃO DÍVIDA
2007	R\$ 1.118.463,00	R\$ 1.081.569,61	R\$ 36.893,39
2008	R\$ 1.312.080,65	R\$ 1.246.363,61	R\$ 65.717,04
2009	R\$ 1.680.382,38	R\$ 1.545.146,43	R\$ 135.235,95
2010	R\$4.606.225,26	R\$ 4.314.043,50	R\$ 292.181,76

Fonte: Tesouro Nacional, 2011.

Pela Tabela 17, verifica-se que no período de 2007 a 2010 houve destinação de recursos para investimentos. Em tal período houve a mudança de gestão no município, acarretando modificação no modo de gerir a administração pública.

O ano de 2010 foi o período que ocorreu a maior quantidade de recursos para investimentos. Isto ocorreu pelo fato que no município foram feitos investimentos no Setor de Cultura, Lazer e Esporte, pelo investimento na construção do Parque Ecológico, do Parque de Exposições, no Centro de Evento e no Portal do Município, conforme descrito no Plano Plurianual 2010-2013, conforme pode ser visualizado na Tabela 22. Portanto, as despesas fazem parte da política pública do município.

Portanto, houve aumento tanto nas receitas quanto nas despesas do município de Juranda no período de 2000 a 2010. Há de destacar que há no decorrer do período uma diferença entre as receitas e despesas orçadas. No ano de 2010 a diferença entre receita e despesas aumentou consideravelmente, sendo equivalente a R\$ 2.761.379,77 negativo. Entretanto tal diferença pode ser vista pelo valor referente à Despesa de Capital para o período, o que representa que no município há investimento em infraestrutura, contribuindo, portanto, para o desenvolvimento local.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E PLANEJAMENTO MUNICIPAL

4.2.1 Lei Orgânica Municipal e Plano Diretor

Para Matias-Pereira (2010b) o planejamento apresenta-se como instrumento para a consecução do bem-estar da coletividade, sob a responsabilidade do Estado considerando que nem sempre se pode dispor de bens e serviços em nível ideal para todos, sendo também necessário elaborar e implementar planos, programas e projetos para todos.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os municípios passaram a ter autonomia política, podendo assim fazer a elaboração de leis e da escolha de seus governantes, ampliando, assim, suas competências.

Segundo Ferreira (2001) competência significa ter capacidade, ser capaz. Na esfera pública capacidade refere-se a responsabilidade e encargos atribuídos a cada esfera governamental para realização da gestão. Estas são descritas na Constituição Federal e na esfera municipal na **Lei Orgânica**.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, as competências podem ser privativas para cada ente público, comuns ou concorrentes. O município tem ampla autonomia para definir estratégias e aplicar recursos para competências privativas ou exclusivas (BRASIL, 1988).

A municipalização é uma forma de descentralização administrativa das políticas e dos mecanismos de intervenção pública para o plano municipal, com transferência efetiva da capacidade decisória para o município como espaço de poder local. (BUARQUE, 1999, p.19)

No artigo nº 30 da Constituição Federal consta que compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local, sendo detalhado na Lei Orgânica e instituir e arrecadar impostos sobre serviços, predial urbano, transmissão intervivos de bens imóveis, varejo de combustíveis líquidos. Pode ainda, regular sobre matérias de peculiaridades e interesses locais não sendo competência exclusiva da outra esfera governamental.

A Lei Orgânica do Município de Juranda foi criada no ano de 1990. Nesta Lei Orgânica, consta no capítulo III, artigo 8º da Lei Orgânica do Município de Juranda expõe que:

Art. 8º - A política de desenvolvimento municipal tem por objetivos:

I – assegurar a todos os jurandenses:

a) existência digna;

b) bem-estar e justiça social;

II - priorizar o primado do trabalho;

III - cooperar com a União e o Estado e consorciar-se a outros Municípios, na realização de metas de interesse da coletividade;

IV - promover, de forma integrada, o desenvolvimento social e econômico;

V - realizar planos, programas e projetos de interesse dos segmentos marginalizados da sociedade.

(PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA, 2007b, p. 11)

Sendo, portanto nesta forma de planejamento, Lei Orgânica, definida a política pública para o desenvolvimento municipal, a qual deve ser respeitada e na qual devem ser embasados todos os demais desdobramentos do planejamento no município.

Já o **Plano Diretor**, conforme Pinheiro (2010) é definido na Constituição Federal, como uma lei regulamentada pelo Estatuto da Cidade – é instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana. A maioria dos municípios brasileiros possui menos de 20 mil habitantes e, portanto, estariam excluídos da obrigatoriedade de elaboração de Plano Diretor Municipal. Todavia, para o Estado do Paraná, todos os 399 municípios são obrigados a fazê-los.

O Governo do Estado do Paraná, através do Decreto nº. 2.581, de 17/04/2004, define que somente serão firmados convênios de financiamento de obras de infra-estrutura e serviços com os municípios que possuem planos diretores ou com os que executarem planos diretores ou planos de zoneamento em conformidade com o Estatuto da Cidade. No seu no seu artigo 2º, o Decreto regulamenta que os valores a serem aprovados, deverão estar em conformidade com as obras previstas no Plano Diretor Municipal e dentro das prioridades estabelecidas na Política de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná – PDU (PARANÁ, 2004).

A fim de substituir e melhorar o Decreto, o governo do Paraná instituiu a Lei 15.229, de 25/07/2006, que o complementa e descreve diretrizes municipais. Estabelece também o dever de criar e instalar os Conselhos Municipais das Cidades ou similares, de acordo com o Conselho Estadual das Cidades – CONCIDADES PARANÁ (PARANÁ, 2006).

Nesta perspectiva, há expectativas de que todos os municípios do Paraná instituem os seus Planos Diretores com o conteúdo mínimo (em acordo com a alínea III do Art. 3º, no seu Capítulo II), composto pelas seguintes Leis Específicas:

Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo para fins Urbanos, Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural, Sistema Viário, Código de Obras, Código de Posturas, além de outros instrumentos instituídos pelo Estatuto da Cidade que sejam úteis ao município.

Como destaca Pinheiro (2010) o Plano Diretor Municipal é parte indispensável do processo de planejamento municipal e deve ser permanentemente atualizado e revisto ao menos a cada 10 anos. Constitui o instrumento orientador dos demais instrumentos que compõem o sistema de planejamento municipal, entre eles, o Plano Plurianual – PPA; a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e a Lei de Orçamento Anual – LOA.

Segundo Dagnino (2009), o planejamento permite que os problemas sejam equacionados mediante políticas públicas passíveis de aplicação na área adequada. As quais podem levar ao alcance de desenvolvimento econômico municipal, contribuindo para a melhora na qualidade de vida das pessoas.

No Anteprojeto de Lei de Plano Diretor Municipal nº 902/2009, que cria o Plano Diretor do Município de Juranda, no artigo 16, referente a objetivos e estratégias do município para o desenvolvimento, este é ordenado a partir de três dimensões e destas dimensões são desmembrados em planos de curto prazo (até 3 anos), médio prazo (até 6 anos) e longo prazo (até 10 anos), sendo estas estruturadas a partir de objetivos, estratégias e ações de: Desenvolvimento Socioeconômico, Desenvolvimento Territorial e Ambiental e Desenvolvimento Institucional (PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA, 2009a).

O Desenvolvimento Socioeconômico, conforme a Prefeitura Municipal ocorrerá mediante políticas articuladas à preservação, controle e recuperação do meio ambiente que visam reduzir a desigualdade social e melhoria de qualidade da vida da população. São objetivos: desenvolvimento de cadeias produtivas; divisão e produção de conhecimento tecnológico; oportunidade de trabalho e renda, visando inclusão econômica; o desenvolvimento rural sustentável; inclusão social e distribuição de renda; vinculação entre desenvolvimento econômico e as políticas de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, e demais políticas públicas.

São diretrizes para os planos de ações para a promoção do Desenvolvimento Socioeconômico conforme Tabela 18.

TABELA 18: Políticas Públicas para promoção do desenvolvimento socioeconômicos contidas no Plano Diretor do município de Juranda.

(continua)

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Integrar o Rural e o Urbano na Promoção de Emprego e Renda

Ações de curto prazo

- ✓ Integrar o Rural e o Urbano na Promoção de Emprego e Renda Ações de curto prazo:
- ✓ Criar um grupo-tarefa no Poder Executivo Municipal para promover iniciativas geradoras de emprego e renda;
- ✓ Conceber programas de incentivo à instalação de novas indústrias nas margens da BR 369, dando preferência às agroindústrias e às facções de costura;
- ✓ Incentivar e fomentar a COAMO e outras agroindústrias com a disponibilidade de infraestrutura;
- ✓ Desenvolver e apoiar ações da agricultura local, principalmente voltadas ao associativismo e cooperativismo;
- ✓ Investimento em capacitação da agricultura familiar em parceria com a EMATER.
- ✓ Incentivar a organização de associações para comercializar produtos agrícolas em local existente na BR 369

Ações de médio prazo

- ✓ Consolidar programas de diversificação de culturas agropecuária promovidos em parceria com a EMATER, como por exemplo, a sericicultura;
- ✓ Criar condições de instalações de novos pontos de comércio e serviços, consolidando a Avenida Brasil até a BR 369.

Ações de longo prazo

- ✓ Avaliar a eficiência econômica, financeira e os impactos sócio-econômicos da produção agrícola municipal;
- ✓ Desenvolver Juranda para com as atividades agropecuárias e servir de referência ao desenvolvimento agroindustrial da mesorregião Centro-Occidental Paranaense, criando um vínculo maior com Goioerê e Campo Mourão.

Integração Rural e Urbana no Desenvolvimento Econômico

Ações de curto prazo

- ✓ Integrar o espaço rural e urbano e identificar o que e onde produzir, e para quais mercados, de acordo com os instrumentos do Plano Diretor;
 - ✓ Definir e assegurar espaços nos quais se possam desenvolver atividades econômicas, rurais e urbanas, geradoras de oportunidades de emprego e renda;
 - ✓ Criar cursos profissionalizantes para a juventude, com apoio de instituições como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), visando o desenvolvimento do comércio rural e sua integração com o urbano;
 - ✓ Apoiar o melhoramento genético dos plantéis de animais de bovinocultura de leite, ampliando a SUDCOOP e aumentando o número de postos de recebimento de leite por todo município;
 - ✓ Incentivar a criação de associação para os produtores de leite e derivados (laticínios);
 - ✓ Adquirir Data Show para capacitação de produtores rurais em reuniões, alunos e entidades; realizando seminários, palestras técnicas, nas áreas de agricultura, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social, agroindústria e Agencia do Trabalhador;
 - ✓ Adquirir um veículo e um GPS para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
 - ✓ Implantação de Unidades Agroindustriais da Agricultura Familiar nas escolas Antigas das Comunidades rurais;
 - ✓ Melhoria do acesso às estradas rurais;
 - ✓ Criar um site da SEDEC Agricultura e Meio Ambiente vinculado a Prefeitura Municipal de Juranda (www.juranda.pr.gov.br) para divulgação dos trabalhos e agilidade dos serviços.
- Corrigir o solo, através do uso do calcário, para um melhor aproveitamento na agricultura.

TABELA 18: Políticas Públicas para promoção do desenvolvimento socioeconômicos contidas no Plano Diretor do município de Juranda.

(conclusão)

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO
<p><u>Ações de médio prazo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio à patrulha de máquinas e equipamentos a grupos de pequenos agricultores familiares; ✓ Implantar unidade de produção agroindustrial da CAPROJUR – Casa do Produtor de Juranda; ✓ Viabilizar a reforma e ampliação do prédio da CAPROJUR as margens da BR369 ✓ Viabilizar a adesão do Município de Juranda a RETUR – Rede de Turismo Regional para desenvolvimento de Turismo Rural, através de Lei municipal e incentivo organizacional. <p><u>Ações de Longo prazo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliar a Fação Industrial; ✓ Adquirir maquinários e equipamentos.

Fonte: Prefeitura Municipal de Juranda (2009a).

O Desenvolvimento Territorial e Ambiental, conforme consta no Plano Diretor ocorrerá mediante políticas que visam o fortalecimento das potencialidades existentes na paisagem de Juranda, proteger e recuperar o meio ambiente, para que ocorra o uso social justo e equilibrado do território. São objetivos: promover o uso e ocupação sustentável do solo; garantir a mobilidade do transito com fluidez e segurança; garantir a preservação, o controle e a recuperação da paisagem e dos bens sócio-ambientais; garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e da produção do espaço; garantir o acesso à habitação, priorizando a população de baixa renda (PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA, 2009a).

São diretrizes para os planos de ações para a promoção do Desenvolvimento Territorial e ambiental que envolve os itens na Tabela 19.

TABELA 19: Políticas Públicas para promoção do Desenvolvimento Territorial e Ambiental contidas no Plano Diretor do município de Juranda.

(continua)

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL
<p>Diretrizes e ações de curto, médio e longo prazo para:</p> <p>Ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Proteger e recuperar o meio ambiente; ✓ Melhorar a arborização urbana e otimizar o viveiro municipal ✓ Melhorar a limpeza pública e a coleta de resíduos sólidos

TABELA 19: Políticas Públicas para promoção do Desenvolvimento Territorial e Ambiental contidas no Plano Diretor do município de Juranda.

(continua)

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E AMBIENTAL

Territoriais

- ✓ Ordenar a expansão, uso e ocupação do solo urbano harmonizando o interesse geral da coletividade com o direito individual de seus membros no uso da propriedade particular, no exercício das atividades urbanas e até na utilização das áreas públicas;
- ✓ Organização Sócio-espacial através da melhoria e recuperação do Sistema Viário e Integração das Políticas de Mobilidade às Políticas de Planejamento Territorial e Ambiental
- ✓ Aumentar o Número de Habitações e Promover Regularização Fundiária
- ✓ Ordenar a Ocupação e o Uso do Solo Rural

Infraestrutura

Melhorar a Qualidade e Oferta de Infraestrutura no Município, integrando o Rural e o Urbano

Fonte: Prefeitura Municipal de Juranda (2009a).

O Desenvolvimento Institucional, contido no Plano Diretor de Juranda tem como objetivos: garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade imóvel urbana e rural; promover a articulação entre o poder público e a iniciativa privada, garantindo o controle social dessas ações; garantir participação qualificada da população na gestão municipal; promover o aprimoramento das políticas públicas (PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA, 2009a).

São diretrizes para os planos de ações para a promoção do Desenvolvimento Institucional conforme Tabela 20.

TABELA 190: Políticas Públicas para promoção do Desenvolvimento Institucional contidas no Plano Diretor do município de Juranda

(continua)

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Ações de curto prazo

- ✓ Adequar à estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal com vistas à gestão do desenvolvimento municipal;
- ✓ Equipar o Poder Executivo Municipal para a implementação do Plano Diretor;
- ✓ Alterar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Juranda para instituir uma comissão de Planejamento Territorial;
- ✓ Promover a integração das políticas setoriais;
- ✓ Capacitar e treinar periodicamente os funcionários públicos municipais para um melhor desempenho nos seus respectivos setores e melhor atendimento ao cidadão;
- ✓ Equipar e reequipar as instalações das unidades da Prefeitura Municipal, visando a modernização de seus serviços ao público;
- ✓ Melhorar os instrumentos de controle interno dentro da gestão municipal.

TABELA 20: Políticas Públicas para promoção do Desenvolvimento Institucional contidas no Plano Diretor do município de Juranda

(conclusão)

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
<p><u>Ações de médio prazo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Criar, no âmbito dos departamentos, uma cultura de planejamento permanente das ações, com consciência da interdependência dos diversos setores municipais; ✓ Constituir um Cadastro Técnico Multifinalitário. <p><u>Ações de longo prazo</u></p> <p>Maior eficácia do governo local na execução de políticas públicas por conta da sua proximidade com o cidadão</p>

Fonte: Prefeitura Municipal de Juranda (2009a).

Ao visualizar o Plano Diretor como instrumento de planejamento, identifica-se que este possui ações bem definidas a curto, médio e longo prazo para cada um dos três pilares da política pública de desenvolvimento econômico que são o Desenvolvimento Socioeconômico, o Desenvolvimento Territorial e Ambiental e o Desenvolvimento Institucional. Verifica-se neste que além de rever as ações a serem desenvolvidas também estão demonstrados como estas poderão ser realizadas as atividades, quais os vínculos a serem criados e o objetivo a ser alcançado.

Há de se destacar que principalmente no Desenvolvimento Socioeconômico, busca-se maior comprometimento da administração pública em direcionar equipe administrativa para promover iniciativas de elaboração e concretização destas diretrizes. Ou seja, a gestão tem a iniciativa e formalização desta, sendo necessária a sua aplicação.

Os instrumentos de desenvolvimento a serem utilizados envolvem: instrumentos de planejamento (Plano Pluri Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Municipal, Lei de Uso e Ocupação do Solo, entre outros), instrumentos jurídicos e urbanísticos, instrumentos de regularização fundiária, instrumentos tributários e financeiros, instrumentos jurídico-administrativos, que foram descritos no artigo 96 da Lei de Plano Diretor Municipal nº 902/2009.

Na Lei Orgânica Municipal constam metas para o desenvolvimento econômico, a partir do desdobramento da política pública, conforme descrito na Tabela 21.

TABELA 21: Metas para o desenvolvimento econômico contidas na Lei Orgânica do município de Juranda

METAS PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CONTIDAS NA LEI ORGÂNICA

Art. 78. O Município, objetivando o desenvolvimento econômico identificado com as exigências de um ordenamento social justo, incentivará essencialmente as seguintes metas:

- I. implantação de uma política de geração de empregos, com a expansão do mercado de trabalho;
- II. utilização da pesquisa e da tecnologia como instrumento de aprimoramento da atividade econômica;
- III. apoio e estímulo ao cooperativismo e outras formas de associativismo, buscando fundamentalmente a defesa dos pequenos empreendimentos industriais, comerciais e agropecuário.
- IV. tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional, localizadas no Município;
- V. defesa do meio ambiente e dos recursos naturais;
- VI. expansão social do mercado consumidor;
- VII. defesa do consumidor;
- VIII. eliminação de entraves burocráticos que possam dificultar o exercício da atividade econômica;
- IX. atuação conjunta com instituições federais e estaduais, objetivando a implantação, na área do Município, das seguintes políticas voltadas ao estímulo dos setores produtivos;
 - a. assistência técnica;
 - b. crédito;
 - c. estímulo fiscal.
- X. redução das desigualdades sociais.

Fonte: Prefeitura Municipal de Juranda (2007b).

O município com a Constituição Federal de 1988 passa a ter autonomia para legislar sobre assuntos de seu interesse.

A Lei Municipal nº 731/2007 – Dispõe sobre a política de incentivo ao desenvolvimento econômico e social do Município de Juranda, cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências (PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA, 2007a). Nesta o município pode conceder incentivos às empresas industriais, comerciais, de prestação de serviços e agro-industriais para a criação de empregos e geração de renda.

Os incentivos podem ocorrer conforme descrito abaixo e seguindo alguns critérios: concessão de direito real de uso de imóveis para instalação ou ampliação; cessão de uso de equipamentos; outros, conforme lei específica.

Por meio da concessão de direito real de uso de imóveis para instalação ou ampliação poderá ocorrer à inclusão de cláusula de resolução ou reversão, para ser aplicada caso a empresa não se instalar conforme projeto no prazo de um ano ou cessar suas atividades transcorridas menos de dez anos, contadas do início de seu funcionamento; não pode ser transmitido antes de completado cinco anos de

concessão e após este prazo somente pode ser executado com concordância expressa do Executivo Municipal; obrigatório a geração de no mínimo cinco empregos diretos a partir do segundo ano de funcionamento. Na cessão de uso de equipamentos somente ocorrerá quando destinado à instalação e funcionamento de empresas industriais.

Os incentivos para instalação ou ampliação das empresas são importantes para a economia local. Este possibilita ampliação da capacidade produtiva local, geração de emprego e renda devido às exigências legais de contratação formal mínima para a empresa. A brecha encontrada na lei e que foi identificada pela gestão municipal é o registro em carteira de trabalho pelos empresários parentes de primeiro grau, que são “funcionários fantasmas”⁸ sendo contratados apenas para cumprimento de exigência legal.

É importante salientar que vinculando indicadores a políticas públicas, para o período posterior a 2007, com a Lei Municipal nº 731/2007, incentivou ampliação à geração de emprego e renda por meio do incentivo a abertura de empresas e contratação de trabalhadores. Isto repercutiu na evolução da quantidade de empregos formais do ano de em 2007 de 685 empregos formais para 728 em 2010. Uma evolução de 43 empregos formais o que equivale a 6,28%.

A lei Nº 731/2007 cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE-JUR, com competência para apreciar e opinar sobre a concessão de incentivos para as empresas a serem beneficiadas. Estando o referido conselho vinculado a política de desenvolvimento econômico do município.

Tal iniciativa da gestão pública municipal está vinculada à política de desenvolvimento econômico municipal constante no artigo 78, inciso IV, da Lei Orgânica do Município. Esta explicita que o município poderá conceder tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional, localizadas no município. Sendo, portanto, um conselho de política pública.

No artigo 8º da Lei 731/2007 consta que este conselho é apenas consultivo com a incumbência de assessorar o Poder Executivo (PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA, 2007a). Estando, portanto, vedadas outras deliberações o que limita a competência deste Conselho.

⁸ Grifo nosso.

Na Tabela 12, constam às diretrizes das ações a serem realizadas para promover o Desenvolvimento Socioeconômico. Nesta é mencionada a formação de grupo-tarefa para apresentar iniciativas de geração de emprego e renda, onde os integrantes do Conselho de Desenvolvimento podem ser um aliado ou mesmo integrante do grupo, caso seja efetivamente constituído.

De acordo com o Plano Diretor foi constituído o Conselho de Desenvolvimento Municipal. A este caberá à avaliação periódica dos resultados obtidos na implantação do que foi planejado, corrigindo rumos que se tenham revelado inconsistentes com as metas gerais. Segundo informações da Prefeitura Municipal este conselho não foi formalizado, mas esta sendo reorganizada a estrutura administrativa municipal. Também não consta na listagem do CONCIDADES o registro de nenhum conselho municipal para o município de Juranda, conforme CONCIDADES (2011).

É interessante observar a obrigatoriedade deste conselho na elaboração do Plano Diretor e para o desenvolvimento municipal, mas até o momento não está formalizado. É primordial a formalização de todos os conselhos necessários como forma de promoção do controle social e da participação democrática.

4.2.2 Programas, planos e projetos

As políticas públicas são elaboradas a partir da demanda da população. A partir da formação das políticas públicas são elaborados os programas que serão descritos no plano de governo para atender a demanda e posteriormente a execução dos programas em projetos.

Para Granja (2010) os programas são compostos por várias etapas que são executadas. O projeto é vinculado a uma situação-problema, a fim de solucionar ou melhorar tal situação. Possui características específicas, tem um ciclo de vida (são temporários) tem início, desenvolvimento e término definidos, tem um objetivo e demanda recursos.

Os programas são compostos de projetos. Estes representam a execução do plano de governo do gestor eleito. Na esfera municipal os programas e projetos

devem ser descritos no Plano Plurianual do município para um período de quatro anos.

A Lei 896/2009 dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Juranda, para o quadriênio de 2010 a 2013 (PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA, 2009b). O objetivo desta legislação é a organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, ou seja, alcançar a realização das ações.

Foram identificados no Plano Plurianual para o quadriênio de 2010 a 2013 os seguintes programas, com início em 01/01/2010 a 31/12/2013, descritos na Tabela 22.

TABELA 22: Programas contidos no Plano PluriAnual: 2010-2013, relacionados ao desenvolvimento municipal do município de Juranda

PLANO PLURIANUAL (PPA): 2010 - 2013
Programa de Apoio à Agricultura e Desenvolvimento Econômico
✓ Programa de Apoio à bovinocultura de leite
✓ Construção de abastecedores municipais
✓ Aquisição de equipamentos para a patrulha agrícola
✓ Implantação de centro de agronegócios
✓ Construção/readequação./melhoria de feira do produtor
✓ Aquisição de veículo para secretaria da agricultura
✓ Manutenção de convênio com a Emater
✓ Construção/ampliação de barracão comunitário da vila rural
✓ Aquisição de máquinas para facção
✓ Construção de barracão industrial
Programa de Apoio a Indústria, Comércio e Serviços
✓ Aquisição de terreno para ampliação do parque industrial
Programa de execução e manutenção de obras
✓ Sinalização urbana e rural
✓ Construção/readequação./melhoria de praças, jardins e logradouros
✓ Ampliação/remodelação./ do parque rodoviário municipal
✓ Ampliação/remodelação, extensão da rede elétrica urbana e rural
✓ Construção de calçadas
✓ Ampliação/reforma/adequação/melhoria de prédios públicos
✓ Infraestrutura do parque industrial
✓ Implantação da rede de esgotos

Fonte: Prefeitura Municipal de Juranda (2009b).

O **Plano Plurianual - PPA**, de acordo com Santos (2006), é uma lei orçamentária a qual define as ações do governo para um período de quatro anos, evidenciando programas de trabalho a serem implementados pelos gestores durante esse período, sob a forma de quadros demonstrativos.

O PPA demonstra as aplicações das receitas previstas no orçamento municipal. Sendo neste descrito a que o orçamento é vinculado a cada programa e

projeto. Mas a vinculação do PPA ao orçamento municipal não garante o cumprimento de todos os itens descritos em seus textos.

Segundo Gama Junior (2009) o orçamento no Brasil não é impositivo, mas sim autorizativo. Ou seja, não existe obrigatoriedade da execução das despesas lá consignadas. O orçamento público, no Brasil, não é lei material, mas, tem a natureza jurídica de lei de efeitos concretos (GAMA JUNIOR, 2009). Podendo assim o gestor municipal (prefeito) justificar o não cumprimento de itens contidos no PPA.

Como destaca Arretche (2009) a avaliação da efetividade das políticas públicas consiste em demonstrar que os resultados encontrados estão causalmente relacionados ao produto ofertado em uma dada política. Também para Oliveira (2006) no planejamento de políticas públicas, visto como um processo, é a implementação que deve se dar ênfase, pois é esta que vai levar aos resultados finais das políticas, programas ou projetos. E, que os motivos que levam a falhas é a dissociação entre elaboração e implementação.

Por meio de entrevistas realizadas com funcionários dos diversos setores da Prefeitura Municipal alguns programas e projetos descritos no PPA estão em fase de aplicação, andamento e outros ainda não foram realizados.

Como o PPA é para o ano de 2010 a 2013 a gestão pública tem aparato legal para cumprir até o fim de sua gestão os itens relacionados ou justificá-los. Lembrando sempre que deve ser respeitada a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Caso não consiga realizar os programas, projetos e obras na gestão o Executivo Municipal tem no poder discricionário, o aparato para justificar o não cumprimento das ações, assim como também tem em tal poder a possibilidade de fazer o remanejamento de recursos de um programa para outro considerado prioritário e de maior necessidade. Isto ocorre porque a gestão está sob sua incumbência e competência.

Segundo informações da Emater, há no município de Juranda aproximadamente 650 agricultores, sendo estes distribuídos entre 500 pequenos agricultores e 150 que são agricultores de médio e grande porte. O critério de classificação do porte dos agricultores é de: pequeno porte até 20 alqueires e de médio e grande porte acima de 20 alqueires. A esta classificação o critério também utilizado é que para ser de pequeno porte deve pertencer a agricultura familiar (agricultor que possui a agricultores como única fonte de renda e/ou 70% de sua

renda seja originada da agricultura), médio e grande que além de ter mais de 20 alqueires, tem outra fonte de renda equivalente a 70%.

O município de Juranda possui muitos agricultores que fazem parte do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar (2011) por meio da emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) os agricultores que fazem parte da agricultura familiar podem custear a safra e/ou atividade agroindustrial, financiar projetos individuais ou coletivos seja para investimentos em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários a taxas de juros mais baixas para aumento da renda familiar. Tal programa é viabilizado pela manutenção de vínculo/parceria entre a Prefeitura Municipal e a Emater.

Segundo informações do funcionário da Emater durante os próximos 10 anos a tendência é que não haja pequenos agricultores, sendo a predominância no município de agricultores de médio e grande porte.

Conforme informações do responsável pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do município de Juranda, são programas de geração de emprego e renda adotados no município e que são relacionadas às políticas públicas do governo federal cujo objetivo é incentivar a agricultura familiar como complemento de renda.

Na agricultura familiar destacam-se os moradores da comunidade Vila Rural que desenvolvem culturas hortifrutigranjeiras e que utilizam o viveiro municipal. São programas, projetos e planos de complementação de renda atualmente realizados pela Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, conforme informação coletada por meio de entrevista com funcionários deste setor, contido na Tabela 23.

TABELA 23: Programas do Governo Federal para complementação de renda

(continua)

PROGRAMAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA

I – Programa de Apoio à Agricultura Familiar

Envolve os programas PAA e PNAE, sendo atendidos ao todo 2.417 beneficiários no município.

✓ Programa de Aquisição de Alimentos⁹ (PAA)

Por meio deste há compra direta da agricultura familiar, por meio do Programa Compra Direta¹⁰. A quantidade de beneficiários varia de acordo com a disponibilidade de recursos e da produção.

⁹ **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** constante na Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, tem a finalidade de incentivar a agricultura familiar e compreende ações vinculadas à formação de estoques estratégicos e à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar. Possibilita a aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares que se enquadrem no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ficando dispensada a licitação para essa aquisição, desde que os preços não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais (BRASIL, 2004).

TABELA 23: Programas do Governo Federal para complementação de renda

(conclusão)

PROGRAMAS DE COMPLEMENTAÇÃO DE RENDA

No município são atendidos por este programa 1.468 beneficiários. A renda média mensal deste programa é de R\$ 4.500,00 por DAP (declaração de Aptidão ao Pronaf). Por meio deste há o abastecimento de alimentos de cinco entidades municipais: escolas municipais (distribuído em três escolas), o Centro Social, a APAE, a Pastoral da Criança e a Creche (distribuição em três unidades).

✓ Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)¹¹:

São destinados para o município de Juranda mensalmente R\$ 60.000,00 para a Prefeitura Municipal para compra de merenda escolar municipal, sendo que deste valor 30% deve ser realizada por compra direta.

O programa atende a entidades municipais: as creches (três unidades) e escolas municipais (três unidades).

O agricultor pode obter até R\$ 9.000,00 de renda mensal, mas pela produção obtida nas propriedades a maioria destes agricultores não gera mais de R\$ 3.000,00.

São atendidos no município 949 beneficiários que fazem parte da agricultura familiar.

Fonte: Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do município de Juranda.

Um ponto importante é a atuação do Governo Federal por meio do PNAE, o qual consiste em um programa de alta relevância social na medida em que atende a necessidade dos alunos e dos pequenos agricultores e conseqüentemente do município. É por meio do PNAE que é suprida a demanda dos alunos por uma alimentação mais saudável. Ao mesmo tempo consiste em uma alternativa com capacidade para influenciar o desenvolvimento econômico municipal por fortalecendo a agricultura familiar, melhorando as condições de vida destes pequenos agricultores por meio da geração de renda familiar.

A vantagem em articular a compra de alimentos para a merenda escolar por meio do programa do PNAE consiste na transferência de renda aos produtores e na aproximação entre estes e as escolas adquirentes. Por meio desta articulação possibilita a aquisição de alimentos com os padrões de qualidade desejados para melhorar o cardápio da merenda escolar.

Por meio de incentivo à agricultura familiar a Prefeitura Municipal busca fazer a complementação das famílias, conforme Tabela 17. Há de se destacar a

¹⁰ **Programa Compra Direta:** Consiste em um programa do PNAE, integrante e que operacionaliza o Programa de Aquisição de Alimentos (PPA), por meio da qual é realizada a compra direta dos produtores rurais sem a necessidade de licitação, para a oferta de alimentos que complementarão a merenda escolar (BRASIL, 2004).

¹¹ **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE):** aquisição dos gêneros alimentícios com os recursos do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Do total dos recursos repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% deverá ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações (BRASIL, 2004).

divergência de informações entre a Emater e Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente em relação à quantidade de agricultores no município. Foram identificados os seguintes projetos para o município conforme descritos na Tabela 24, coletadas em entrevista realizada com funcionário da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente de Juranda.

TABELA 23: Projetos e planos para geração de emprego e renda no município de Juranda

PROJETOS E PLANOS
<p>✓ Projeto de Agroindústria Familiar Por meio do projeto há a formação de uma cooperativa de produtores rurais que fazem o beneficiamento da matéria-prima cultivada sendo realizada venda para o comércio regional. Faz parte dos os municípios de Juranda, a qual é fundada uma cooperativa com sede em Campo Mourão. No município de Juranda são atendidas 3 beneficiários.</p> <p>✓ Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Simplificado (PGRSS): Relacionado à Coleta Seletiva e com formação da Associação de Catadores de Recicláveis do Município de Juranda. O município de Juranda conta com 10 famílias de Catadores que já iniciaram a coleta seletiva em alguns pontos do município principalmente nos comércios e serviços. Estão coletando todos os materiais recicláveis e vendem para empresas que reciclam; essas famílias prestam serviços em toda cidade. A ACAREJUR foi formalizada em 24/11/2006 e possui 08 beneficiários com uma renda mensal de acordo com a coleta dos materiais.</p> <p>✓ Feira do Produtor Rural Associação dos produtores rurais (beneficiários, renda mensal)</p>
<p>Fonte: Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente do município de Juranda.</p>

Nota-se a divergência entre os programas descritos no PPA e as informações obtidas pelos funcionários da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente. Isto ocorre pelo fato de que a Secretaria mencionada executa os projetos e programas com recursos do Governo Federal enquanto os programas e projetos descritos no PPA são realizados com recursos municipais.

É importante mencionar que o Governo Federal apresenta diversos programas e projetos para geração de renda. Os mesmos podem ser executados pelo município e podem ser viabilizados via Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente. Mas segundo informações de funcionários desta secretaria falta interesse dos agricultores em participar destes incentivos.

A fim de ter informações de forma mais detalhada há necessidade de utilização de alternativas de planejamento que descrevem os programas e projetos a nível federal, estadual e municipal de forma vinculada. Por meio desta vinculação e

demonstração facilita a troca de informações entre os setores do município e secretarias administrativas municipais, evitando divergências e informações incorretas, além de facilitar o planejamento municipal.

São programas constantes no PPA do município e que estão relacionados ao desenvolvimento municipal os programas contidos na Tabela 25.

TABELA 25: Programas, projetos e planos contidos no PPA relacionados ao desenvolvimento municipal de Juranda

PROGRAMAS, PROJETOS E PLANOS POR ÁREA	
Turismo	
✓	Construção do Parque Ecológico
✓	Construção do Parque de Exposições
✓	Construção de Centro de Eventos
✓	Construção do Portal do Município
Assistência Social	
✓	Programa de proteção à família, a criança e ao adolescente, cujo objetivo é dar atendimento e proteção à família, criança e ao adolescente
	▪ Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)
	▪ Pro Jovem
	▪ Casa Lar
	▪ Centro de Referência de Atendimento à Família – IGD
	▪ Ações Educativas e de Apoio à Família – ASEF
	▪ Programa FIA
Moradia	
✓	Programa Construindo um sonho
	▪ Construção de casas populares

Fonte: Prefeitura Municipal de Juranda (2009a).

Na área de turismo, os projetos de investimentos contidos no PPA o Parque Ecológico (Anexo A) está em fase de organização. O Parque de Exposições (Anexo B) já está terminado e em uso. O Centro de Eventos (Anexo C) está em fase de construção.

Na área de Assistência Social os programas são destinados a pessoas carentes e que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. No CRAS – Centro de Referência da Assistência Social há o cadastramento de 500 famílias. Segundo informações com a assistente social do município, os programas estão sendo executados, sendo a principal dificuldade encontrada a evasão dos participantes por motivos diversos como falta de interesse destes, não cumprimento

dos requisitos para manutenção no programa e no recebimento de benefícios auferidos destes.

O Bolsa Família, como um programa de transferência direta de renda com condicionalidades no município possui uma demanda de 1200 famílias cadastradas, mas apenas 480 famílias atende a todos os requisitos para o recebimento do benefício.

A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito à moradia como direito social básico e amplia o conceito além da edificação, incorporando o direito à infraestrutura e serviços urbanos. Por meio do Programa Construindo um Sonho, muitas famílias foram beneficiadas no município, possuindo a partir deste, residência própria.

4.2.3 Desenvolvimento Municipal

Em relação ao planejamento para o desenvolvimento, conforme a Lei Orgânica Municipal há política pública de desenvolvimento municipal. Cujos objetivos são assegurados pela promoção da cooperação com a União, o Estado e Municípios vizinhos. E tal política busca ser executada por meio de planos, programas e projetos setoriais.

No Plano Diretor Municipal, instrumento executor do planejamento municipal, está descrito que o desenvolvimento municipal será promovido a partir de três eixos: Desenvolvimento Socioeconômico, Desenvolvimento Territorial e Ambiental e Desenvolvimento Institucional. Estando explícito também as estratégias, planos e ações para cada fator e deste sendo desmembrado a curto, médio e longo prazo.

Entretanto, foi identificada a necessidade de atualização deste plano, o qual deve ocorrer a cada cinco anos, e que segundo funcionário da Prefeitura Municipal, a gestão já está ciente desta obrigatoriedade e a atualização será providenciada. A gestão pública municipal pode desta maneira, rever suas ações para promoção do desenvolvimento municipal.

Ao analisar o planejamento do desenvolvimento municipal com o aparato teórico de estudiosos do assunto como Buarque e Matias-Pereira pode-se conciliar a

teoria do desenvolvimento com as ações realizadas ou a serem realizadas no município.

Buarque (1999) ainda esclarece que o desenvolvimento municipal¹² promove o dinamismo econômico e melhoria na qualidade de vida da população. Sendo este realizado a partir de transformação nas bases econômicas e na organização social, resultando na mobilização da sociedade e explorando as capacidades e potencialidades municipais.

O mesmo autor cita que o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, sem esquecer-se de conservar os recursos naturais. Matias-Pereira (2010b) complementa que para o desenvolvimento municipal se faz necessário planejamento adequado, que deve envolver aumento da renda e melhor distribuição desta, aumento da oferta de empregos, diminuição dos desníveis regionais, aumento da produtividade no setor agrícola e promoção da ocupação territorial, entre outros.

A partir dos fatores apresentados por Buarque (1999) e Matias-Pereira (2010b) pode-se perceber que o município apresenta em seu planejamento as diretrizes para promoção do desenvolvimento municipal. São apontadas no Plano Diretor as diretrizes de assegurar espaços para o desenvolvimento de atividades econômicas, rurais e urbanas, geradoras de oportunidades de emprego e renda; e, qualificar imóveis desocupados para micro e pequenas empresas. Sendo necessário além de elaborar diretrizes fazer a aplicação das mesmas de acordo com a necessidade local.

Pode-se perceber que a gestão municipal busca alavancar o setor econômico por meio do aumento da produção e conseqüentemente geração de emprego e renda tanto no setor industrial como no agropecuário. Mas o setor do comércio não apresenta iniciativas.

No setor industrial as iniciativas são a organização do parque industrial que se mostra incipiente. As empresas podem tornar-se mais eficientes e competitivas quando concentradas em localidades específicas, por isso a importância do Parque Industrial. Há também incentivo às instalações de empresas, conforme a Lei Municipal nº 731/2007 – Dispõe sobre a política de incentivo ao desenvolvimento

¹² Desenvolvimento municipal como caso particular de desenvolvimento local com amplitude espacial delimitada pelo corte político-administrativo do município (Buarque, 1999).

econômico e social do Município de Juranda. Sendo necessário ao município a instalações de mais empresas e indústrias que gerem emprego, para assim gerar renda e fixar a população no município.

No setor agropecuário há incentivo à participação dos agricultores em programas federais e também pela parceria com a EMATER para auxílio a estes agricultores, principalmente em relação à diversificação de culturas e atividades na área rural. Entretanto tais agropecuaristas se mostram desinteressados em participar.

Uma alternativa para o setor agrícola local é reduzir a exportação de produtos agrícolas e hortifrutigranjeiros para centros maiores e utilizar esta matéria-prima para transformação local, ou seja, criando agroindústrias locais.

Faz-se necessário dar atenção e promover o associativismo e cooperativismo, visto que o desenvolvimento empresarial está voltado para um mercado competitivo, sendo este necessário estar integrado a processos de desenvolvimento municipal, e o município pode criar condições de competitividade.

Em relação ao setor do comércio há necessidade da busca de alternativas para promover o desenvolvimento deste setor. Principalmente porque a população do município migra para outros municípios vizinhos para realizar compras, deixando de movimentar o comércio local.

Para o desenvolvimento econômico faz-se necessário tornar o município atraente para investimentos privados, por meio da melhoria de infraestrutura local e com demonstração das potencialidades municipais; que este seja um local competitivo para as empresas.

Promover a economia local é de suma importância, para a promoção do desenvolvimento municipal porque é por meio desta que há geração de emprego e renda para a população e que conseqüentemente influencia na arrecadação e aplicação da receita municipal. Para que o objetivo ocorra o desenvolvimento, é necessário um planejamento adequado à realidade local, articulação entre os setores econômicos, integração entre os órgãos públicos para que todos tenham os mesmos dados e possam utilizar estes de forma a gerar informações confiáveis, com credibilidade e igual para todos.

Para que o planejamento e as estratégias deste ocorram é necessário um olhar voltado para a realidade municipal. E a partir desta diagnosticar os pontos

fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades municipais e incentivar de forma estratégica qual o ponto a ser focada e dada atenção.

Buarque (1999) ainda expõe que para o desenvolvimento faz-se necessária integração econômica com o contexto regional que gera e redefini oportunidades e ameaças exigindo competitividade. O desenvolvimento municipal requer iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais. Assim faz-se necessário a mobilização dos atores locais em torno de um projeto coletivo, ou seja, “(...) uma vontade conjunta da sociedade e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade” (CASTELS E BORJA, 1996, *apud* BUARQUE, 1999, p. 10).

O município de Juranda faz a integração com outros municípios, como Campo Mourão e Cascavel sendo interligados pela BR 369, fazendo também a conexão com Foz do Iguaçu. Também faz a ligação Juranda-Rancho Alegre D'Oeste-Goioere pela chamada Rodovia José de Oliveira Fabrício dos Santos, a pela PR 472, que passa dentro do município, pela Avenida Brasil. Sendo este também o centro em relação aos municípios vizinhos como pode ser visualizado na Figura 9.



FIGURA 9: Integração regional do município de Juranda
Fonte: IPARDES (2011b)

Assim percebe-se que o município apresenta oportunidades de desenvolver atividades que utilizem tal integração. É exemplo aproveitar a localização para instalação de empresas de grande porte que deslocam seus produtos para os municípios e para cidades pela BR 369. Também, podem ser realizados no município como a construção do Parque Ecológico, o Centro de Eventos e o Parque de Exposição para promoção divulgação do município, realização de eventos culturais e esportivos.

O município também tem possibilidade de integração microrregional por meio de: consórcio, associações, pactos, fórum de desenvolvimento, comitês, destacando a participação na COMCAM – Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão. Sendo exemplo desta participação o CISCOMCAM – Consórcio Intermunicipal de Saúde da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão, relacionado ao setor de saúde.

Sendo, portanto, necessário ao município aproveitar **a conexão e integração regional** para ter alternativas de alavancar o desenvolvimento municipal.

Em relação às **iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade** esta se mostra muito limitada à participação em festas culturais. Tal fato pode ser visualizado pela baixa participação em conselhos gestores, devido ao fato de que muitos conselhos não estão ativos, como é o caso do Conselho de Desenvolvimento Municipal.

Conforme destaca Alcântara (2001) na esfera municipal frente às demandas, limitações, particularidades e potencialidades deve haver um olhar individualizado de modo a articular gestão municipal e cidadão comprometido e envolvido com os objetivos coletivos. Estes mecanismos de disseminação e gestão de conhecimento permitem a troca de experiências, capacitação e constante atualização em temas de interesse comum.

São alternativas para viabilizar e incentivar a participação dos munícipes na gestão do município o orçamento participativo e a liderança.

O orçamento participativo segundo Santos (2010) é alternativa para que a população tenha a oportunidade de interferir nas decisões dos gastos do governo e fiscalizar a gestão orçamentária. Permite que o cidadão debata e defina os destinos dos recursos de uma cidade, definindo prioridades de investimentos. Sua importância decorre que estimula o exercício da cidadania, o compromisso da

população e co-responsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade.

O incentivo às lideranças locais, segundo Fischer (1997) promove a participação popular, visto que a liderança não é apenas o trabalho de um líder, mas a sedução de idéias. Esta exerce importância na capacidade de transformação, imposição de hábitos e comportamentos dos indivíduos.

O líder é aquele que exerce influência no grupo e direção os seus objetivos ou satisfazer suas necessidades em uma determinada situação. São lideranças na esfera municipal, as lideranças religiosas, lideranças comunitárias, liderança de bairros, entre outros. Fischer (1997) cita que o próprio prefeito exerce liderança. Este por suas habilidades pode construir espaços de negociação por meio da articulação entre os atores envolvidos em busca do mesmo objetivo. A liderança é o motor propulsor de uma cultura organizacional democrática e participativa.

Em relação ao desenvolvimento local o orçamento e a liderança possibilitam idéias inovadoras e incentivadoras para que se busque alternativas, propor ações e executá-las pela própria população, tendo a gestão pública mediadora destas iniciativas. Quando a população expõe suas idéias há maior possibilidade que haja compromisso desta na execução destas ações.

Para que este ocorra, principalmente em municípios pequenos como o município de Juranda é a organização da sociedade civil a partir de lideranças de grupos, lideranças comunitárias e lideranças religiosas. A liderança exerce importância na capacidade de transformação, imposição de hábitos e comportamentos dos indivíduos.

“O que necessitam as políticas públicas é de bons ‘planejadores’, com mentes privilegiadas e ‘visão do futuro’, para se anteceder ao que vem no futuro e fazer planos corretos que levem aos resultados calculados”(OLIVEIRA, 2006, p.190). Como destaca Matias-Pereira (2010b) o interesse pela área de políticas públicas está aumentando pelo envolvimento e nível de conscientização da população sobre os efeitos das políticas públicas na vida do cidadão no âmbito local, estadual e nacional.

Sendo, portanto, de muita importância que a população conheça o município com suas características socioeconômicas a fim de participar do planejamento do desenvolvimento municipal e também da execução das ações e dos planos para concretização deste desenvolvimento e que possa melhorar sua qualidade de vida.

As iniciativas de desenvolvimento na esfera municipal devem ser promovidas por meio de mecanismos de participação da sociedade nas decisões descentralizadas que envolvem o planejamento, exigindo integração e esforço de parceria entre governo, empresas privadas, empresa paraestatal e sociedade civil organizada ou não, para que implique em responsabilidade política e técnica para execução e complementação das políticas públicas. O fomento do desenvolvimento municipal depende da interação e articulação dos atores sociais e econômicos, institucionais, públicos e privados.

O Estado busca por meio de políticas públicas e por meio de projetos, dar apoio à atividade empresarial com o objetivo de se criar os mecanismos para geração de emprego e renda e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população. Mas percebe-se no município de Juranda que há a falta de interesse da população ou mesmo de capacidade empreendedora em utilizar-se destas alternativas.

O primeiro passo no processo de incentivo da participação do cidadão é fazer com que este conheça a cidade em que reside. Na gestão local cidadão e a sociedade organizada podem agir, transformando informação em participação. A dificuldade encontrada na maioria dos municípios, como ocorre em Juranda, é efetivar a participação dos cidadãos, viabilizar o envolvimento e o compromisso, visto que estes são muito deficitários e estão relacionados a interesses pessoais e políticos.

Como destaca Matias-Pereira (2010b) frente às limitações para responder de forma satisfatória as indagações feitas aos gestores na tomada de decisão é essencial que se estimulem o diálogo e a negociação entre os atores envolvidos, na busca de promover mudanças qualitativas dos processos de gestão das políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E SUGESTÕES

Para executar seus objetivos e finalidades, o gestor público utiliza-se da Administração Pública na gerência dos recursos estatais. Assim, a Gestão Pública refere-se à gestão de interesses da coletividade, cujos objetivos podem ser alcançados por meio de políticas públicas.

As políticas públicas constituem meios para que a gestão pública direcione ações para o atendimento da demanda da população por serviços públicos. Neste contexto, os indicadores são utilizados para subsidiar o acompanhamento, mensuração e avaliação das políticas implantadas assim como avaliar seus resultados.

A partir desta perspectiva, o desenvolvimento municipal é resultado do atendimento da demanda da coletividade nas diversas áreas municipais (saúde, educação, econômico, social, entre outros) com eficiência, eficácia e efetividade. Ou seja, é a evolução dos setores municipais na busca pela qualidade de vida da população.

O município de Juranda constitui o objeto deste estudo, o qual foi descrito a partir do diagnóstico do perfil municipal. Foram considerados diversos fatores relevantes a partir da análise de indicadores municipais e de políticas públicas executadas capazes de influenciar no desenvolvimento municipal.

A descrição de fatores produtivos, socioeconômicos e orçamentários tornou possível delinear um perfil para o município de Juranda, considerando o período de 2000 a 2010. Assim, todos os aspectos analisados têm impacto sobre a economia local e sobre o desenvolvimento municipal.

A economia do município de Juranda caracteriza-se pela base agrícola exportadora de *commodities*. Os *fatores produtivos* são dependentes do setor primário, que é composto pela agropecuária, além de ser a maior responsável pela geração de carga tributária. Tal dependência torna a economia instável e suscetível a mudanças constantes.

Em relação aos *fatores socioeconômicos* a redução do contingente populacional demonstra tendência a acentuar-se até 2020. Quanto ao desenvolvimento humano (IDH-M) o município apresenta elevação a partir dos fatores renda, saúde e educação. Embora as condições de vida da população

demonstrem elevado número de pessoas em situação de pobreza. Há enorme desigualdade na distribuição de renda do município, mesmo havendo aumento dos empregos formais em relação aos anos anteriores. Assim, o município apresenta um mercado de trabalho insuficiente para atender a demanda por empregos. No que se refere ao desempenho municipal (IPDM) há tendência ao declínio nos indicadores de emprego e renda, saúde e educação, enquanto o indicador de emprego e renda apresenta tendência ao crescimento.

No que tange ao fator orçamentário há elevação das receitas e despesas públicas, principalmente com relação ao investimento.

Ao estudar tais fatores percebe-se que o município está melhorando seu desempenho a partir da melhora em algumas áreas como saúde e educação. Mas, há tendência de redução na área de emprego e renda que merece atenção, pois apresenta baixo desempenho. Portanto, faz-se necessário um estudo mais abrangente de cada área, a fim de averiguar quais os possíveis problemas, suas causas e as possíveis alternativas de melhoria.

Todavia, percebe-se que não é possível fazer citações mais específicas em análises de dados, para tecer o perfil econômico jurandense por completo, pois não há informações suficientes comprováveis dos anos de 2000 a 2010. E, que a administração pública municipal da época foi efetivada em um período em que a legislação permitia a flexibilidade nas ações, havendo maior tolerância concreta dos projetos e maior tolerância do Tribunal de Contas em relação às contas públicas. Na atualidade, a Lei de Responsabilidade Fiscal regula de maneira exigente e punitiva o cumprimento das prestações de contas públicas por meio de um sistema que trata com rigor dos registros de dados e comprovações de ações e respectivos gastos.

As políticas públicas e o planejamento municipal de Juranda são materializados por meio da Lei Orgânica Municipal e são executados por meio do Plano Diretor, do Plano Plurianual, de planos, projetos e programas na esfera municipal. Estes buscam conciliar os diversos recursos para atender a população com a oferta de serviços de qualidade.

As políticas públicas voltadas ao desenvolvimento municipal de Juranda constam na Lei Orgânica Municipal e são descritas no Plano Diretor sob a forma de três eixos: Desenvolvimento Socioeconômico, Desenvolvimento Territorial e Ambiental e Desenvolvimento Institucional, bem como planos de ação a curto, médio

e longo prazo. Assim, por meio dos três eixos há envolvimento dos setores municipais em busca do desenvolvimento municipal.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico foi criado como ferramenta estratégica para o alcance do desenvolvimento municipal. Para tanto, foi elaborado políticas para o desenvolvimento econômico e social, embora não efetivou a criação de todos os itens necessários como a criação e implantação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, item obrigatório no Plano Diretor.

Por outro lado, no PPA constam planos, programas e projetos a serem desenvolvidos no município, como desenvolvimento e execução de cada setor, a curto e médio prazo e com utilização dos recursos próprios. E, por meio de incentivos a programas, planos e projetos de origem a nível federal e estadual, a gestão pública municipal faz a intermediação para complementação de renda.

Com base no aparato teórico do ciclo de políticas públicas é possível verificar que no processo de elaboração, análise e avaliação das políticas são utilizados indicadores. Com a avaliação numérica deste é possível diagnosticar quais as áreas deficitárias e que precisa de atenção, investimento, acompanhamento e que podem influenciar no desenvolvimento municipal, uma vez que seu objetivo é subsidiar o planejamento das políticas públicas e do desenvolvimento municipal. Assim, a desatualização dos indicadores leva às políticas públicas ao descrédito e enfatiza a necessidade de conhecer a realidade local.

Assim, percebe-se que o município há planejamento do desenvolvimento municipal, em ações de curtos e médios prazos e há investimentos em infraestrutura local.

Contudo estas ações são insuficientes para atender as demandas da população, que cada vez mais migram para cidades maiores em busca de melhores oportunidades.

Nesta perspectiva, a gestão pública do município necessita de alternativas para geração de emprego e renda a fim de fixar a população local, atrair investimentos para o município, aproveitar as potencialidades locais e ser possível oferecer melhor qualidade de vida para a população e conseqüentemente melhorar os indicadores municipais.

A Gestão Pública municipal jurandense faz o planejamento para o desenvolvimento local assim como o vincula às políticas públicas específicas. Tais políticas são descritas na Lei Orgânica Municipal e o planejamento é realizado a

partir do Plano Diretor, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual que se materializa no Orçamento Municipal.

O que pode ser observado é a dicotomia entre planejamento e execução. Embora sejam descritos instrumentos de planejamento (programas, planos e projetos) no Plano Diretor e no PPA, em muitos casos não são efetivamente executados e/ou não conseguem ser avaliados e implementados. Há, portanto, falhas na execução de planejamento, inclusive naqueles direcionados ao desenvolvimento.

Para alavancar o desenvolvimento municipal faz-se necessário o desenvolvimento a todos os setores municipais, principalmente o setor econômico, visto que por meio deste há geração de emprego e renda para o município. A partir da geração de renda e com distribuição adequada há maior possibilidade de gastos no município, que podem alavancar a economia local e aumentar a arrecadação tributária. A partir da receita municipal pode haver maior investimento no município e melhor oferta de serviços públicos e atendimento da população, tornando-se um ciclo.

Outros fatores também contribuem para o desenvolvimento municipal, como o nível de organização da sociedade civil, a qualidade da gestão pública municipal, ou seja, a elaboração de um planejamento estratégico e participativo, com probidade e eficiência administrativa, e, localização do município, principalmente em relação a infraestrutura de transporte, educação e acesso à mercados regionais.

Também é de suma importância a metodologia de gestão aplicada pelo gestor, a qual conseqüentemente interfere nas políticas públicas e nos resultados destas. Assim, como na respectiva forma de gerir os recursos do município e organização administrativa das secretarias/departamentos municipais. Faz-se necessário prover cargo de cada setor de profissionais qualificados e competentes. Isto impacta diretamente na forma de administração das secretarias e dos possíveis resultados do desempenho municipal evitando a adoção de práticas clientelistas. Há de se destacar que em relação a gestão municipal, o gestor delega autoridades e não responsabilidades. Isto acarreta que qualquer ato ou ação na administração pública o prefeito é co-responsável por estas.

O papel dos servidores públicos no desenvolvimento das políticas públicas passa a ser essencial para a respectiva execução e desenvolvimento. Isto pode evitar a politização exagerada das ações governamentais, bem como respaldando

tais ações em relação aos objetivos buscados, à correta aplicação dos recursos e ao acompanhamento das políticas implementadas. As ações dos agentes públicos devem ser baseadas no preparo técnico, ético e político.

Assim, diante das pesquisas realizadas e considerações por ora construídas, cabe retomar os rumos/pontos definidos no início da realização deste estudo.

Aponta-se que a relevância do estudo consiste no questionamento a respeito da necessidade do desenvolvimento municipal. Assim, pode-se refletir que o desenvolvimento municipal acarreta melhor distribuição de renda e atendimento da respectiva demanda por serviços públicos de qualidade, podendo assim haver melhor qualidade de vida da população local.

A **problematização** da pesquisa, a partir do questionamento: “*As políticas públicas municipais podem constituir alternativa para o desenvolvimento local por meio da geração de renda e do desestímulo à migração de jurandenses para outros municípios?*”, permite considerar que por meio do desenvolvimento econômico há aumento da produção local, geração de emprego e renda e conseqüentemente melhoria na qualidade de vida da população. Assim há ampliação de oportunidades e possibilidades de trabalho, não havendo motivo para a população migrar para outros municípios, já que pode encontrar no município possibilidades de ter qualidade de vida.

A partir da **hipótese** levantada percebe-se que é necessário um olhar individualizado para as características locais a fim de promover o desenvolvimento municipal, incluindo no planejamento municipal ênfase às particularidades e potencialidades municipais ao invés de acentuar os problemas e as limitações. Como na concepção de Maquiavel¹³ exposta por Matias-Pereira (2010b, p.15) o importante, “[...] não era idealizar um Estado ideal, mas discernir sobre um estado que já existia. Nos seus estudos seminais defende que o estudo das coisas como o que se pode e é necessário fazer, e não o que se deveria fazer”. Assim, vem a tornar para discussão um tema muito comentado atualmente, gestão estratégica no

¹³ Maquiavel elaborou suas teorias a partir da reflexão sobre a realidade de sua época, formulando uma teoria de como se constitui o Estado Moderno. Foi o primeiro pensador a realizar estudo da política separada da moral e da religião. Suas idéias eram de que o importante não era pensar um Estado ideal, e sim um discernir um Estado que já existia, defendendo questões que envolvem a política e a condução do Estado Moderno como o que se pode e é necessário fazer, e não o que se deveria fazer (Maquiavel, 1999, apud Matias-Pereira, 2010b).

setor público, como alternativa para aprimorar os mecanismos e ferramentas de gestão na esfera pública.

Como o **objetivo geral** de “*Analisar as políticas públicas de desenvolvimento do município de Juranda*”, acredita-se que se obteve êxito ao descrever as políticas públicas, desde o seu planejamento a partir da legalização na Lei Orgânica, seu planejamento no Plano Diretor e no PPA e como estas são executadas no município.

A fim de contribuir, para o enriquecimento do trabalho, percebe-se que podem constituir alternativas para o desenvolvimento do município o desenvolvimento de política de incentivos fiscais como forma de atrair empresas privadas para a geração de novos postos de trabalho e conseqüente geração de renda; incentivo à capacitação profissional e a novos empreendimentos, visto que as novas oportunidades de trabalho proporcionam acesso pelos trabalhadores em saúde, educação e bens de consumo movimentando a economia local; incentivos ao desenvolvimento local por meio de estímulos ao cooperativismo e aos arranjos produtivos locais, visando geração de renda e emprego a partir de uma base produtiva já existente ou de uma vocação produtiva local; e, estabelecimento de espaços de discussão política com maior participação comunitária, em contraposição a brigas políticas ultrapassadas no âmbito público.

Para finalizar, ainda salienta-se a necessidade de delinear sugestões para trabalhos futuros, que sejam capazes de trazer benefícios para o município já que podem compor pesquisas de forma descentralizada da gestão municipal. Por meio destes podem ser realizadas pesquisas nos distritos do município de Juranda, de modo a delimitar a disparidade socioeconômica entre estes e assim se realizar um diagnóstico mais preciso da realidade local. Pois, considera-se que pesquisas autônomas têm maior possibilidade de propor ações focalizadas por sua natureza independente.

.6 REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Lucio. Poder Local – Gestão Municipal In: **Caderno de Debates, coleção Idéias**. n.08. Brasília: SEEP – Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, 2001.

ANDRADE, Nilton de Aquino Andrade; et al. **Planejamento governamental para municípios**: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ANTICO, Claudia; JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores e a Gestão das Políticas Públicas**. [s.d.] Disponível em: < [http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Gestao de Poi%C3%ADticas Publicas/Indicadores e Gest%C3%A3o de Pol%C3%ADticas P%C3%BAblicas.pdf](http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/Gestao%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas.pdf) >. Acesso em: 10 de out. 2011.

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. IN: **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. [Org. Elizabeth Melo Rico] 6 ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Espaciais, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm >. Acesso em: 15 de Set. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Programa de Aquisição de Alimentos – PPA**: Compra Direta Local da Agricultura Familiar – CDLAF. 2004. Disponível em: < http://www.paa.sc.gov.br/manual_2004.pdf >. Acesso em: 07 de Jul. 2011.

BUARQUE, Sergio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. 1999. Disponível em: < http://www.apodesc.org/sites/documentos_estudos/arquivos/Planej-Metodologia%20de%20planejamento%20do%20desenvolvimento%20local%20e%20municipal%20sustentavel-Sergio%20Buarque.pdf >. Acesso em: 23 de Set. 2011.

CANDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Geração de vantagem competitiva e para promoção do desenvolvimento regional**: o papel do Estado e das políticas públicas neste cenário. 2002. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/read/article/view/15633/9332> >. Acesso em: 23 de Set. 2011.

COELHO, Ricardo Correa. **Estado, Governo e Mercado**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

COELHO, Ricardo Correa. **O Público e o Privado na Gestão Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009b.

CONCIDADES – CONSELHO DAS CIDADES DO PARANÁ. **Informações municipais** – Conselhos Municipais. 2011. Disponível em: < [http://www.concidades.pr.gov.br/arquivos/File/Matriz Conselhos Municipais out 20 09.xls](http://www.concidades.pr.gov.br/arquivos/File/Matriz%20Conselhos%20Municipais%2009.xls) >. Acesso em: 25 de Set. 2011.

COTTA, Tereza Cristina. **Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais**: análise de resultados e de impacto IN: Revista do Serviço Público. Ano 49, número 2, abr-jun.1998. Disponível: < [http://www.enap.gov.br/index.php?option=com docman&task=doc view&gid=2727](http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2727) >. Acesso em: 10 de Out. 2011.

DAGNINO, Renato Peixoto. **Planejamento Estratégico Governamental**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

DAGNINO, Renato; *et al.* **Metodologia de Análise de Políticas Públicas**. 2002. Disponível em: < <http://www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm#1a> >. Acesso em: 08 de out. 2011.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. **Principais conceitos da pesquisa de emprego e desemprego (PED)**. 2011. Disponível em: < <http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.xml> >. Acesso em: 26 de Set. 2011.

FABRETTI, Laudio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. **Direito Tributário para os cursos de administração e ciências contábeis**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. **Estado**. 2011. Disponível em: < [http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg estado tabela.php?id=21](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_estado_tabela.php?id=21) >. Acesso em 08 de Dez. 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurelio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**. 4 ed. rev. ampl.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FISCHER, Tânia. **Gestão Contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local**. IN: Gestão contemporânea: Cidades estratégicas e organizações locais. 2 ed. [Org. Tanisa Fischer]. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1997.

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Financiamento da Educação – FUNDEB**. 2011. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/financ-fundeb>>. Acesso em: 02 de nov. 2011.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. 2000. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/89/158>>. Acesso em: 08 de Out. 2011.

GAMA JUNIOR, Fernando Lima. **Fundamentos de orçamento público e direito financeiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monográficas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GRANJA, Sandra Inês Baraglio. **Elaboração e avaliação de projetos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

GREMAUD, Amaury Patrick; *et al.* **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades @. – Juranda**. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 26 de Set. 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno dos Municípios 2003-2007**. Contas Nacionais número 30. 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2003_2007/PIB_2003_2007.pdf>. Acesso em: 05 de Nov. 2011.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Banco de Dados do Estado – BDEweb – empregos (RAIS)**. 2011a. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 26 de Set. 2011.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico município de Juranda.** 2011b. Disponível em: < <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=87355&btOk=ok> >. Acesso em: 22 de Set. 2011.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Índice IPARDES de Desempenho Municipal – 2002-2005-2007-2008.** 2011c. Disponível em: < http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/ipdm/indice_geral.pdf >. Acesso em: 25 de Set. 2011.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Índice de desempenho na área de educação, dos municípios do Paraná – 2002-2005-2007-2008.** 2011d. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/ipdm/area_educacao.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Índice de desempenho na área de saúde, dos municípios do Paraná – 2002-2005-2007-2008.** 2011e. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/ipdm/area_saude.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Índice de desempenho na área de renda e emprego, dos municípios do Paraná – 2002-2005-2007-2008.** 2011f. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/pdf/indices/ipdm/area_renda_emprego.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil dos municípios.** 2011g. Disponível em: < <http://www.ipardes.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6> >. Acesso em: 05 de nov. 2011.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Paraná – **Projeção das populações municipais por sexo e idade 2001-2020.** [s.d.] Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/pdf/projecoes_municipais.pdf >. Acesso em: 05 de Nov. 2011.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Índice IPARDES de Desempenho Municipal – IPDM. 2010.** Disponível em: < <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/ipdm/Comentarios%20sobre%20IPDM.pdf> >. Acesso em: 22 de Set. 2011.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. Campinas: Editora Alínea, 2001.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Socioeconômicos na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]:CAPES: UAB, 2009.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. IN: Revista do Serviço Público, Brasília 56(2): 137-160 Abr/Jun.2005. Disponível em: < <http://www.conei.sp.gov.br/ind/ind-sociais-revista-serv-publico.pdf> >. Acesso em: 10 de Out. 2011.

JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco – SEPLAN, 1998. Disponível em: < http://books.google.com.br/books?id=N8kqAAAAYAAJ&pg=PA49&lpg=PA49&dq=a+sustentabilidade+do+desenvolvimento+local:+desafios+de+um+processo&source=bl&ots=BQLglUctHP&sig=sAB_xR-szxGERdNjotXmOs3e1ng&hl=pt-BR&ei=LOR9TsywDufj0QHH9vX5Dw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=2&sqi=2&ved=0CDIQ6AEwAQ#v=onepage&q&f=false >. Acesso em: 24 de Set. 2011.

JORNAL O GLOBO. Confira as taxas de inflação pelo IPCA desde 2000. In: **Globo Economia**. 2010. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/economia/confira-as-taxas-de-inflacao-pelo-ipca-desde-2000-3070071> >. Acesso em: 08 de Dez. 2011.

KAYANO, Jorge; CALDAS, Eduardo de Lima. **Indicadores para o diálogo**. IN: GT Indicadores – plataforma Contraparte NOVIB. Texto de Apoio da Oficina 2. São Paulo, 03 a 05 de Junho de 2002. Disponível em: < <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper47.pdf> >. Acesso em: 10 de Out. 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 4 reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. – 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública:** foco nas instituições e ações governamentais. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010a.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública contemporânea.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2010b.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Diretrizes para a programação pactuada e integrada da assistência à saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: < <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/DiretrizesProgPactuadaIntegAssistSaude.pdf> >. Acesso em: 08 de Nov. 2011.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo, **Gestão Pública:** Gestão pública aplicada: União, Estados e Municípios, gestão pública no Brasil, de JK à Lula, gestão orçamentária e financeira, a gestão fiscal responsável, tributação e orçamento, tópicos especiais em contabilidade pública, gestão das contas nacionais, gestão ecológica e ambiental. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim. **Repensando políticas:** por que freqüentemente falhamos no planejamento? IN: Estado e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo. [org. Paulo Emilio Matos Martins; Octavio Penna Pieranti]. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica:** projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 3ª reimpressão da 2ª edição de 1999. São Paulo: Pioneira Thomso, Learning, 2001.

OLIVEIRA NETTO. Alvim Antonio de. **Metodologia da Pesquisa Científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos.** 2 ed. rev. e atual. Florianópolis: Visual Books, 2006.

PARANA. **Decreto Nº 2581 – 17/02/2004.** Disponível em: < <http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/2b08298abff0cc7c83257501006766d4/32842cf5abd8efac03256e9900623486?OpenDocument> >. Acesso em: 08 de Dez. 2011.

PARANÁ. **Lei Nº 15229 – 25/07/2006.** Disponível em: < <http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/319b106715f69a4b03256efc00601826/e81d272a9addc7d3832571d90048b67a?OpenDocument> >. Acesso em: 08 de Dez. 2011.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Plano Diretor e gestão urbana.** Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

PINTO, Isabela Cardoso de Matos. **Mudança nas políticas públicas:** a perspectiva do ciclo de política. IN: Revista de Políticas Públicas São Luis, v. 12, n.1, p. 27-36, jan/jun. 2008. Disponível em: < http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/download.php?id_publicacao=153 >. Acesso em 08 de Outubro de 2011.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal, 1991 e 2000. Todos os municípios do Brasil.** 2011. Disponível em: < [http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20\(pelos%20dados%20de%202000\).htm](http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/IDH-M%2091%2000%20Ranking%20decrecente%20(pelos%20dados%20de%202000).htm) >. Acesso em: 13 de Nov. 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA. Lei Nº 731/2007 – Dispõe sobre a política de incentivo ao desenvolvimento econômico e social do Município de Juranda, cria o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências. 2007a.

PREFEITURA MUNICIPAL de JURANDA. **Lei Orgânica do Município de Juranda** – Estado do Paraná. 2ª ed. 2007b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA. **Plano Diretor Municipal.** 2009a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURANDA. **Plano Plurianual 2010-2013.** 2009b.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]:CAPES: UAB, 2009.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. Ed. – 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública**. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Maria Paula Gomes do. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES:UAB, 2009.

SANTOS, Rita de Cássia Leal Fonseca. **Plano Plurianual e Orçamento Público**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2010.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR. Programas – Crédito Rural. 2011. Disponível em: < <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf> >. Acesso em: 08 de Dez. 2011.

SEN, Amartya. Prefácio do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1999. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 10 de nov. 2011.

SEFA – Secretaria de Estado de Fazenda. **Declaração Anual do Movimento Econômico Fiscal (DAMEF – VAF A – GI)**. 2011. Disponível em: < http://www.fazenda.mg.gov.br/empresas/declaracoes_demonstrativos/vaf/ >. Acesso em: 24 de Set. 2011.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. IN: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006, p.20-45. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=pt&nrm=iso > Acesso em: 08 de Out. 2011.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002. Disponível em: < http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf > Acesso em: 22 de Jul. 2011.

TENÓRIO, Fernando G.; SARAIVA, Enrique J. Escorços sobre gestão pública e gestão social. IN: **Estado e Gestão Pública: visões do Brasil contemporâneo**. [Org. Paulo Emilio Matos Martins, Octavio Penna Pieranti]. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TESOURO NACIONAL. Ministério da Fazenda. **Estados e Municípios**. 2011. Disponível em: < http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp >. Acesso em 28 de Outubro de 2011.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael van. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo construção**. IN: RAP – Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 42(3):539-50, maio/jun.2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a05v42n3.pdf> >. Acesso em: 10 de Out. 2011.

ANEXOS

ANEXO A: Parque Ecológico



FIGURA 10: Parque Ecológico do município de Juranda – em fase de organização
Fonte: elaboração da autora.

ANEXO B: Parque de Exposições



FIGURA 11: Parque de Exposição do município de Juranda – em terminado e em uso
Fonte: elaboração da autora.

ANEXO C: Centro de Eventos



FIGURA 12: Centro de Eventos do município de Juranda – em construção
Fonte: elaboração da autora.